

**COMISSÃO PERMANENTE
DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS**



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1997

**COMISSÃO PERMANENTE
DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS**



BRAGANÇA PAULISTA - VISTA AÉREA - INÍCIO DA DÉCADA DE 90
ADMINISTRAÇÃO: NICOLA CORTEZ
CEDIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1997

MENSAGEM DE ABERTURA

*ESTA COMISSÃO TRABALHOU EM 1997 PARA APRIMORAR O
LEVANTAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO E PARA ESTREITAR A
INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE NA BUSCA DE PRODUZIR
ALTERNATIVAS PARA UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE
BRAGANÇA PAULISTA.*

Novembro de 1997.

*LUIZ GONZAGA PIRES MATHIAS
Presidente da Comissão*

Publicação:

Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista.
Praça Hafiz Abi Chedid nº 125
12900-000 - Bragança Paulista - SP
Telefone: (011) 7843-5618
Fax: (011) 7843-5643
E-mail: camarabp@bragnet.com.br

Composição, revisão e impressão: Datagraf Serviços Gráficos Ltda.
Fone: (011) 7843-8000
E-mail: datagraf@bragnet.com.br

ÍNDICE

Histórico	07
Composição da comissão de assuntos socioeconomicos em 1997	09
Temas de destaque em 1997	11
Síntese do Relatório Conclusivo da Comissão Legislativa de Assuntos Socioeconomicos, mandato 1993-1996.	12
Parceria com a Universidade São Francisco para levantamento do perfil e do índice de desenvolvimento humano (IDH)	13
Indicadores demográficos e sua incidência nos abairramentos setoriais estabelecidos pelo plano diretor.	14
Volume de captação da poupança	16
Indicadores de inadimplência	17
Indicadores de desemprego	19
Empresas em funcionamento segundo o cadastro da Inspeção Fiscal de Bragança Paulista	21
Proposta da Delegacia Regional do CIESP de Bragança Paulista para a política industrial e avaliação estatística da entidade sobre a conjuntura da indústria na região bragantina ..	27
Setor primário: avaliação e estimativas do Escritório de Desenvolvimento Rural de Bragança Paulista	29
Saúde: mortalidade infantil - as taxas continuam preocupantes.	31
Educação: a municipalização do ensino fundamental e o comprometimento da rede pública de educação infantil	33
Segurança Pública: integração da comissão de assuntos socioeconômicos com as polícias civil e militar	37
Elaboração participativa do plano plurianual do município para o período 1998-2001 e das diretrizes orçamentárias para o ano de 1998.	40
Outros assuntos com repercussão nos trabalhos da comissão de assuntos socioeconômicos da Câmara Municipal	42
Defesa do consumidor	42
Destinação de parte do imposto de renda das empresas ao fundo municipal da criança e do adolescente	42
Projeto de requalificação do centro tradicional da cidade.	43
Localização de novo terminal de coletivos intermunicipais.	43
A Comissão de Assuntos Socioeconômicos e a conquista de ferramentas para os trabalhos legislativos	44
Imposto Verde	44

Considerações finais	45
Comissão Permanente de Assuntos Socioeconômicos	46

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

1 - População em 1991 e em 1996	14
2 - População por grupos de idade	14
3 - Unidades domiciliares - Comparativo dos anos de 1991 e 1996	15
4 - Chefe da unidade domiciliar segundo o sexo - 1996	15
5 - População e domicílios, em porcentagem, por abairramento - 1991	16
6 - Volume de captação da poupança 1989 - 1996	17
7 - Relatório de inadimplência fornecido pela CDL	18
8 - Protesto de títulos	18
9 - Distribuição de ações de execução fiscal	19
10 - Ações de despejo por falta de pagamento	19
11 - Rescisões de contratos de trabalho	20
12 - Concessão de seguro-desemprego	20
13 - Número de empresas segundo o tipo de atividade	21
14 - Número de empresas por classe	22
15 - Empresas segundo a década de início de funcionamento	22
16 - Número de empresas cadastradas no Posto Fiscal com sede na zona urbana	23
17 - Número de empresas cadastradas no Posto Fiscal com sede na zona rural	24
18 - Totalização das tabelas 16 e 17	25
19 - Número de consumidores de energia elétrica por classe	26
20 - Comportamento das empresas quanto à importação e exportação	29
21 - Comportamento das empresas em relação a investimento e treinamento	29
22 - Previsões de safras da agricultura para o ano agrícola de 1997-1998	30
23 - Estimativas sobre a pecuária bragantina para o ano agrícola de 1997-1998	31
24 - Taxas de mortalidade infantil 1990-1996	32
25 - Nascimento e óbitos de crianças de 0 a 1 ano registrados por abairramento de janeiro a outubro de 1997	32
26 - Relação entre idade das mães e os óbitos de crianças de 0 a 1 ano, de janeiro a outubro de 1997	33
27 - Pessoas de 4 anos ou mais que estavam freqüentando a escola em 1996	34
28 - Oferta e procura da rede municipal de ensino referente ao mês de fevereiro de 1997	34
29 - Número de alunos matriculados em 1997 no ensino fundamental da rede pública de ciclo básico até 4ª série	36
30 - Número de alunos matriculados em 1997 no ensino fundamental da rede pública (estado) - de 5ª a 8ª série	36
31 - Número de alunos matriculados no ensino supletivo de 1º grau em 1997	36
32 - Movimento de veículos na Rodovia Fernão Dias	38
33 - Efetivo de policiais militares existentes no município nos anos de 1995, 1996 e 1997	38
34 - Viaturas operacionais nos anos de 1995, 1996 e 1997	39
36 - Principais grupos de ocorrências atendidas pela polícia militar	39

GRÁFICOS - COMPORTAMENTO DAS INDÚSTRIAS

1 - Em relação a empregos	28
2 - Quanto à produção média	28
3 - Quanto à média de vendas	28

HISTÓRICO

Criada pela Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista em 1993, com a aprovação unânime de proposta do então vereador José Eduardo Suppioni de Aguirre, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos tornou-se um marco da legislatura 1993-1996 ao inserir no contexto dos trabalhos legislativos o conhecimento da realidade do Município como ferramenta básica para decisões, ações e planejamentos dos órgãos públicos. Até então, a falta de respaldos estatísticos e de sua análise faziam com que Bragança Paulista se sujeitasse a medidas paliativas e a imediatismos que em nada contribuíram para seu crescimento ordenado.

O legislador passou a contar, assim, com um instrumento de trabalho imprescindível para decisões comprometidas com a qualidade de vida da população e com o desenvolvimento real do Município, presente e futuro. De temporária, a comissão tornou-se permanente, impondo ao Poder Legislativo local a busca ininterrupta de dados quantitativos e qualitativos, orientadores verdadeiros de necessidades e condições do Município e de seu povo.

Na legislatura de sua origem, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos, apesar do caráter temporário, funcionou durante os quatro anos, composta pelos vereadores José Eduardo Suppioni de Aguirre, presidente, Paulo Miguel Zenorini, vice-presidente, Adalberto Letício Alessandri, Gilberto Romani, João Soares Souza Lima e José Sérgio Conti Júnior, membros, tendo como colaborador o edil José Jozefran Berto Freire. De seus trabalhos elaborou-se relatório que tem servido de fonte de consulta a órgãos públicos, instituições civis, empresas privadas e cidadãos, pois, enfim a cidade dispunha de um primeiro documento em que se compilavam indicadores de sua realidade. Suas principais constatações estão sintetizadas neste relatório.

Pela importância do trabalho, a comissão passou a funcionar permanentemente a partir da legislatura 1997-2000 e com isso a Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista terá sempre uma equipe de vereadores incumbida de buscar e analisar dados sobre as reais condições do Município e de sua população, para embasamento das funções inerentes ao Poder Legislativo e - por que não dizer? - para conhecimento de todos os cidadãos que os pretendam até para fundamentar investimentos.

Trata-se, pois, de medida inovadora entre as Câmaras Municipais da região, já que suas comissões permanentes tradicionalmente atuam de modo mais efetivo na análise de projetos de lei, demais proposições e outros documentos recebidos pela instituição, emitindo parecer sobre eles, enquanto a Comissão de Assuntos Socioeconômicos, tal como instituída pelo Poder Legislativo bragantino, é um órgão que busca e analisa informações da realidade global do Município, formulando a partir disso as suas propostas e subsidiando o trabalho de todas as demais comissões legislativas e as decisões do Plenário.

Nos meses de setembro de 1997 foram consultadas 20 Câmaras de Vereadores: 8 de Municípios da Região Metropolitana de São Paulo, 9 de sedes de Regiões Administrativas do Governo do Estado (macrorregião) e 3 de sedes de Região de Governo (microrregião) - e não se constatou a existência de comissão com as atribuições iguais às estabelecidas para a de Bragança Paulista.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS EM 1997

No período de 1º de janeiro a 23 de abril, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal esteve composta pelos vereadores Luiz Gonzaga Pires Mathias, presidente, Paulo Miguel Zenorini, vice-presidente, Arnaldo de Carvalho Pinto, João Soares Souza Lima e Nicola Cortez, membros. Com a reestruturação das comissões permanentes do Poder Legislativo, ela passou a ser formada pelos vereadores Luiz Gonzaga Pires Mathias, presidente, Marco Antonio Marcolino, vice-presidente, Benedito Aparecido de Carvalho, Fábio de Assis Livreri e Paulo Miguel Zenorini, membros - sendo esta a composição cujo mandato na comissão se encerra em 31 de dezembro de 1997.

Ao dar seqüência aos trabalhos, a comissão entendeu que havia necessidade de maior participação de setores representativos da comunidade e, portanto, foram convidados a participar como membros colaboradores os representantes de entidades que repercutem à Câmara Municipal os fatos, as informações e as tendências delineadoras do perfil do Município e de seu povo. Em 1997, foram membros colaboradores:

- Beatriz Helena de Andrade Maia, arquiteta e paisagista, da Coordenadoria de Planejamento da Prefeitura local.
- Flávia Ottati Valle Leme, arquiteta, representante da Universidade São Francisco.
- Ângelo Fernando Baratella, enfermeiro e sanitarista.
- Antônio Carlos Vidiri, presidente da Associação Comercial.
- Carlos Alberto Manfrin Canno, engenheiro, representante da Empresa Elétrica Bragantina S.A.
- Edmur Ubirajara Pallone, empresário, representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas.
- Fernando Frias, engenheiro agrônomo, representante do Escritório de Desenvolvimento Rural da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Estado da Agricultura.
- Gérson Aparecido Silveira, cidadão.
- Giuseppe Petruso, empresário, representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas.
- João Carlos Monte Claro Vasconcellos, arquiteto.
- João Marques Neto, empresário, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas.
- José Eduardo Suppioni de Aguirre, advogado e ex-presidente da comissão (mandato 1993-1996).
- José Francisco Caçapava Vigueles (capitão PM), policial militar, representante da Polícia Militar.
- José Geraldo Zambolim Gili, engenheiro agrônomo, diretor do Escritório de Desenvolvimento Rural da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Estado da Agricultura.
- Luiz Benedito Roberto Toricelli, delegado de polícia assistente, representante da Polícia Civil.
- Luiz Felipe Rodrigues Siqueira, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.
- Márcio Aurélio Assis Fleming, engenheiro, presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região Bragantina.
- Miguel Ângelo Brandi Júnior, advogado, presidente da 16ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil.

- Natalino Duarte (capitão PM), policial militar da reserva, Chefe da Divisão de Segurança da Prefeitura Municipal.
- Norberto Pedro, empresário, diretor da Delegacia Regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).
- Percival Andrade Nascimento, engenheiro, Coordenador de Planejamento da Prefeitura Municipal.
- Rolf Marco Sitta, empresário, representante da Delegacia Regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).
- Sérgio Leite da Silva, empresário, representante da Associação Bragança+.
- Shinobu Ishihama, agricultor, representante do Sindicato Rural.
- Valter Dias Lopes, professor, delegado de ensino.

A interação de todos os membros colaboradores com a comissão foi intensa tanto na participação em debates quanto na formulação de propostas e no levantamento de dados sobre o Município. Esse tipo de participação foi tão bem-sucedido que outros cidadãos e outras entidades irão também participar dos trabalhos da comissão no próximo ano, ampliando-se com isso o envolvimento da comunidade nos trabalhos legislativos.

Para atingir o objetivo proposto, a comissão iniciou suas atividades de 1997 selecionando dois temas que serviram de embasamento aos seus componentes e à Câmara Municipal como um todo para as discussões que ocorreram durante o ano. Foram escolhidos os temas:

- *Resumo Analítico do Plano Diretor do Município - Lei Complementar nº 22, de 25 de outubro de 1991 - elaborado e comentado pelas arquitetas Flávia Ottati Valle Leme e Beatriz Helena de Andrade Maia e pelo arquiteto João Carlos Monte Claro Vasconcellos, que atuaram em todo o processo de elaboração dessa lei.*
- *Síntese do Relatório Conclusivo da Comissão Legislativa de Assuntos Socioeconômicos, mandato 1993-1996, preparado e apresentado pelo ex-vereador José Eduardo Suppioni de Aguirre e pelo vereador Paulo Miguel Zenorini, que participaram da comissão na legislatura anterior.*

O primeiro tema foi selecionado por tratar da principal lei de planejamento municipal e o segundo, por propiciar conhecimento da realidade do Município com base sobretudo em dados do período 1990-1995. A partir daí, nas sessões mensais da comissão, outros temas foram se destacando naturalmente nos debates.

Prontificando-se também a servir de meio para a participação das instituições civis no processo de elaboração das leis e políticas municipais, a comissão recebeu e continua a receber propostas de seus membros colaboradores e as apresenta em forma de projeto, de emenda ou de outras proposições cabíveis, procurando colocar em prática no Município as sugestões das entidades representativas da população.

Simultaneamente, como seqüência do processo de levantamento de dados iniciado pela comissão da legislatura anterior, teve prioridade a procura de informações sobre desemprego e sobre inadimplência e foram atualizadas algumas das tabelas de indicadores para efeito de comparativos.

RESUMO ANALÍTICO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO (LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 25 DE OUTUBRO DE 1991) E NECESSIDADE DE LEI DE ZONEAMENTO.

*"Os planos diretores que tiveram sucesso foram elaborados com a participação da comunidade."
(Flávia Ottati Valle Leme, arquiteta)*

Expondo à comissão o resumo do Plano Diretor do Município, as arquitetas Flávia Ottati Valle Leme e Beatriz Helena de Andrade Maia e o arquiteto João Carlos Monte Claro Vasconcellos destacaram que privilegiou-se na elaboração dessa lei o envolvimento da comunidade, através de suas instituições representativas, com ênfase para as relações sociais, já que as peças somente técnicas, segundo experiências vividas por outras cidades, se mostraram ineficazes quanto à aplicabilidade.

"O Plano Diretor de Bragança Paulista é uma lei sancionada em 25 de outubro de 1991, na Administração Nicola Cortez, composta de quinze capítulos e cento e oitenta artigos, cujo objetivo maior é o de promover o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população conforme está contemplado em seu capítulo primeiro, das Disposições Preliminares." Com essas palavras sobre o principal motivo da existência do Plano Diretor, a arquiteta Beatriz Helena de Andrade Maia iniciou perante a comissão suas explicações a respeito dos principais capítulos e dispositivos da lei vigente em Bragança Paulista, ressaltando os seguintes:

- **na parte de política e diretrizes:** realização de zoneamento adequado à política de ocupação físico-territorial estabelecida em função da densidade populacional, de índices urbanísticos, da infra-estrutura e da preservação do meio ambiente, bem como da proteção de edifícios de valor histórico;
- **quanto aos aspectos econômicos:** sistema de informações econômicas que deveria ter sido implantado para melhor compreensão da comunidade, ensino profissionalizante, plano de desenvolvimento rural, atualização de cadastro de valores do Município, sistema viário em condições compatíveis com o escoamento da produção do setor primário, construção de centro de abastecimento e de matadouro;
- **em relação às áreas sociais:** melhoria das unidades básicas de saúde, centro de convivência, universidade da terceira idade, centro de distribuição para atendimento às pessoas carentes (promoção social), implantação de centro cultural municipal (cultura), centro esportivo completo e espaços públicos na zona norte (esportes e lazer);
- **sobre os transportes e sistema viário:** criação de passes para a terceira idade e criação de anéis viários para facilitar a circulação no perímetro urbano.

Dos debates a esse respeito, a comissão concluiu que, na verdade, o Plano Diretor de Bragança Paulista é uma peça bem-elaborada. O grande problema é que a maior parte das medidas nele previstas não foi implantada, principalmente aquelas que têm importância estratégica para o crescimento organizado do Município, mais ainda porque Bragança Paulista está na iminência de um processo de intensas transformações socioeconômicas decorrentes da

No transcorrer dos trabalhos da comissão neste ano, despontou naturalmente entre seus vereadores e membros colaboradores a prioridade para a edição da lei de zoneamento, com proposta do arquiteto João Carlos Monte Claro Vasconcellos, acatada por unanimidade, para que o Poder Executivo agilize o processo de elaboração da lei através da contratação de equipe especializada nos aspectos técnicos da convivência urbana, sob supervisão da Coordenadoria de Planejamento da Prefeitura.

O documento apresentado pelos arquitetos encontra-se à disposição para consultas dos cidadãos na Câmara Municipal. Encerrando este item, seguem as palavras do arquiteto João Carlos Monte Claro Vasconcellos, para reflexões: " Uma questão importante no Plano Diretor é que hoje nenhuma empresa vai mais a uma cidade sem fazer uma leitura da sua qualidade de vida. Se nós queremos um desenvolvimento da cidade, vamos ter de investir em qualidade de vida e o que faz os parâmetros dessa qualidade é o plano, é o planejamento."

SÍNTESE DO RELATÓRIO CONCLUSIVO DA COMISSÃO LEGISLATIVA DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS, MANDATO 1993-1996.

Prestando testemunho sobre as razões que o levaram a solicitar a criação da Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal, o ex-vereador José Eduardo Suppioni de Aguirre afirmou ter se surpreendido em 1993, no início da legislatura anterior, com a falta de informações sobre Bragança Paulista e, partindo da premissa de que não se administra o que se desconhece, houve por bem fazer a proposta na época.

O ex-vereador falou também da importância do levantamento e da análise de dados socioeconômicos como instrumentos para fortalecer os órgãos públicos e a população, assegurando que "o processo democrático, na medida em que se acentua e avança, ele ingressa numa fase de racionalização da atividade política, não sendo mais possível nos dias de hoje à classe política atirar à população lemas vazios, desligados da realidade."

A apresentação da síntese de constatações feitas sobre Bragança Paulista pela comissão no período 1993-1996 esteve a cargo do vereador Paulo Miguel Zenorini. Seus destaques foram:

- **crescimento populacional:** queda da taxa média de crescimento populacional de Bragança Paulista que, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, era de 2,34% no ano de 1991 e caiu para 2,05%, estimativas da mesma fonte para 1997;
- **desemprego:** dificuldade para obtenção de índices, já que poucas entidades locais processam dados a esse respeito. A título de amostragem, foi mencionado processamento do Sindicato dos Empregados no Comércio de Bragança Paulista, que vinha revelando em 1995 uma média de 85 demissões por mês, considerada alta;
- **atividades econômicas:** de 1989 para 1993, o número de pessoas ocupadas na indústria caiu de 10.300 para 6.300, associando-se a evolução tecnológica do processo produtivo como fator de demissões no setor secundário. Manteve-se estável, no período em referência, o número de pessoas ocupadas no comércio, enquanto na prestação de serviços confirmou-se no Município a tendência mundial de aumento de pessoas ocupadas (6.300 em 1989 para 8.100 em 1993); Constatou-se que a agricultura, de modo geral, estava bastante reprimida, tendo a supressão de áreas produtivas decorrentes da emancipação político-administrativa de Tuiuti e Vargem contribuído para agravar a situação. Pelo indicador consumo de energia elétrica, foi detectada preponderância da atividade industrial, com média de 60% da energia total consumida no Município entre 1993 e 1995;

²Fonte: Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados).

· **nível de renda da população:** dados da Fundação IBGE de 1991 demonstram que 58% dos chefes de domicílios permanentes ganhavam de 1 a 3 salários mínimos e que 75% deles tinham rendimentos de 1 a 5 salários mínimos, revelando uma população sem poder aquisitivo para a movimentação da economia;

· **captação da poupança:** contrastando com o nível de renda da maioria dos chefes de domicílios permanentes, a captação da poupança apresentou curva ascendente de 1993 a 1996, com média mensal subindo de 16 para 35 milhões de dólares;

· **mortalidade infantil:** média de 30 óbitos por 1.000 nascimentos no período de 1990 a 1994, considerada alta. Entre as principais causas de óbitos na faixa de zero a um ano, foram constatadas: causas perinatais, as de maior incidência (que se associam à falta de acompanhamento pré-natal), pneumonia, desnutrição e diarreia. Nos processamentos da comissão, chamou a atenção o baixo índice de escolaridade das mães (67,8% sem primeiro grau completo).

PARCERIA COM A UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO PARA LEVANTAMENTO DO PERFIL E DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Por proposta da Comissão de Assuntos Socioeconômicos em 1997, foi viabilizado convênio entre a Câmara Municipal e a Universidade São Francisco (USF) para levantamento do Perfil de Desenvolvimento Humano e determinação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Bragança Paulista.

O trabalho, que está em sua etapa final, é coordenado pelo Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel e pelo Prof. Dr. Jonival Ferreira Côrtes por parte da USF e pelo vereador Paulo Miguel Zenorini por parte da Câmara Municipal e desta comissão, contando ainda com uma equipe de estagiários composta pelos Srs. Luís Marcos Rodrigues, Nanci Costa da Silva, Renato Scaransi e Edwaldo Luiz de Oliveira, alunos da Faculdade de Economia e Administração da universidade. O acompanhamento da execução desse projeto pelo Poder Legislativo é feito pelo Departamento de Documentação e Assessoria Parlamentar.

Trata-se, o Índice de Desenvolvimento Humano, de indicador tido na atualidade como o mais completo na apuração do nível de qualidade de vida da população e do desenvolvimento de uma localidade. Para sua determinação são levadas em conta todas as espécies de indicadores socioeconômicos que, analisados dentro de padrões técnicos próprios, resultam num único índice.

Com o resultado do projeto, a ser divulgado no início do próximo ano, a comissão estará oferecendo a Bragança Paulista dados estatísticos relativos a praticamente todas as áreas econômicas e sociais do Município, abrangendo o período de 1989 a 1996, que certamente representarão o sustentáculo para elaboração de programas de trabalho públicos ou privados neste Município.

No exercício de 1997, simultaneamente aos trabalhos para apuração do Perfil e do Índice de Desenvolvimento Humano, a comissão procurou obter alguns indicadores que contribuíssem para delinear uma noção sobre o Município na atualidade, que estarão sendo tratados nos próximos itens.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SUA INCIDÊNCIA NOS ABAIRRAMENTOS SETORIAIS ESTABELECIDOS PELO PLANO DIRETOR

Buscando junto ao IBGE os resultados do recenseamento de 1996 e comparando-os com os do recenseamento da mesma fonte relativos ao ano de 1991, verificou-se que a população total bragantina aumentou de 99.874 para 110.083 habitantes (tabela 1). Do total de 1996, foi apurado pelo IBGE que a população urbana, que em 1991 correspondia a 88,72%, passou a ser de 89,64%, enquanto a rural, que há cinco anos era de 11,28%, passou a ser de 10,36%.

TABELA 1 – POPULAÇÃO EM 1991 E EM 1996

UNIDADE DE COMPARAÇÃO	NÚMERO DE HABITANTES	
	1991	1996
<i>Por localização:</i>		
População urbana	88.611	98.678
População rural	11.263	11.405
TOTAL	99.874	110.083
<i>Por sexo:</i>		
Homens	49.676	54.609
Mulheres	50.198	55.474
TOTAL	99.874	110.083

Fonte: IBGE.

Para comparativos sobre os grupos de idade da população (tabela 2), os dados mais recentes obtidos pela comissão são os da Fundação SEADE, do ano de 1995, já que os do IBGE de 1996 ainda não estão oficialmente publicados.

TABELA 2 – POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	1991			1995		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
0 a 4 anos	4.872	4.755	9.627	5.358	5.168	10.526
5 a 9 anos	5.349	5.246	10.595	5.206	5.068	10.274
10 a 14 anos	5.372	5.277	10.649	5.522	5.364	10.886
15 a 19 anos	4.774	4.761	9.535	5.385	5.280	10.665
Subtotal	20.367	20.039	40.406	21.471	20.880	42.351
20 a 24 anos	4.516	4.303	8.819	4.789	4.802	9.591
25 a 29 anos	4.298	4.349	8.647	4.693	4.625	9.318
30 a 34 anos	4.082	4.150	8.232	4.463	4.538	9.001
35 a 39 anos	3.406	3.544	6.950	4.024	4.109	8.133
40 a 44 anos	3.001	3.032	6.033	3.444	3.512	6.956
45 a 49 anos	2.267	2.205	4.472	2.814	2.824	5.638
50 a 54 anos	1.918	1.986	3.904	2.133	2.198	4.331
55 a 59 anos	1.645	1.801	3.446	1.746	1.820	3.566
Subtotal	25.133	25.370	50.503	28.106	28.428	59.436
60 a 64 anos	1.530	1.570	3.100	1.376	1.526	2.902
65 a 69 anos	1.099	1.200	2.299	1.094	1.264	2.358
70 a 74 anos	722	834	1.556	735	887	1.622
75 ou mais	825	1.185	2.010	741	1.012	1.753
Subtotal	4.176	4.789	8.965	3.946	4.689	8.635
TOTAL GERAL	49.676	50.198	99.874	53.523	53.997	107.520

Fontes: IBGE (1991) e SEADE (1995).

**TABELA 3 - UNIDADES DOMICILIARES - COMPARATIVO
DOS ANOS DE 1991 e 1996**

DESCRIÇÃO	ANO DE 1991			ANO DE 1996		
	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES	22.506	2.706	25.212	26.943	2.953	29.896
MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO	3,91	4,16	3,94	3,73	3,86	3,74

Fonte: IBGE.

Em 1991, estavam ocupados 82,53% dos domicílios, enquanto 5,63% eram de uso ocasional e 11,84% estavam vagos. A zona rural era a que apresentava maior quantidade de domicílios vagos ou de uso ocasional, respectivamente de 644 e 658 para um total de 2.705 domicílios, identificando-se nessa estatística o fenômeno decorrente das chácaras de recreio que hoje ocupam grande parte do perímetro rural.

Já a tabela 4 traz um indicador que se desconhecia no plano local: o número de chefes de domicílios permanentes segundo o sexo do chefe domiciliar, apurado pelo IBGE no ano de 1996:

**TABELA 4 – CHEFE DA UNIDADE DOMICILIAR
SEGUNDO O SEXO - 1996**

CHEFE DA UNIDADE DOMICILIAR	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
Sexo Masculino	21.430	2.677	24.107
Sexo Feminino	5.513	276	5.789
TOTAL	26.943	2.953	29.896

Fonte: IBGE.

Quanto às unidades domiciliares, a tabela 3 apresenta o comparativo dos últimos recenseamentos do IBGE e a tabela 4 demonstra a situação de ocupação dos domicílios, com proporções obtidas pela comissão tendo por base o resultado do IBGE em 1991.

Para facilitar o acompanhamento do Poder Legislativo, a comissão demarcou em mapa as delimitações dos abairramentos setoriais estabelecidos pelo Plano Diretor do Município. Como ainda não foram divulgadas oficialmente as tabelas do IBGE relativas a 1996 sobre número de habitantes e de domicílios por abairramento, adotou-se por parâmetro o número relativo de habitantes e de domicílios em cada abairramento segundo os resultados do recenseamento de 1991 do IBGE (tabela 5).

TABELA 5 – POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS, EM PORCENTAGEM, POR ABAIRRAMENTO – 1991

ABAIRRAMENTO	ALGUNS SETORES QUE COMPÕEM O ABAIRRAMENTO	POPULAÇÃO (%)	DOMICÍLIOS (%)
Cidade Nova	Parque dos Estados, Cidade Planejada Le II, Vila Esperança, Chácara Julieta Cristina	7,22	6,19
Jardins	Jardim Iguatemi (Cidade Jardim), Recanto Elizabeth, Jardim São Miguel	1,28	1,28
América	Jardim América, Jardim Estância Sant'Anna	1,27	1,14
Santa Luzia	Santa Luzia, Jardim Califórnia, Jardim Primavera, Jardim Europa	5,16	5,30
Taboão	Jardim São José, Praça Nove de Julho, Universidade São Francisco	2,09	2,68
Pinheirais	Jardim do Sul, Jardim do Lago	0,21	0,32
Penha	Distrito Industrial I, Penha, Toró, Jardim Nova América	2,55	2,18
Bianchi	Vila Bianchi, Jardim Recreio Bragançino, Jardim Paturí, Tanque do Moinho, Vila Mildred, Vila Mimosas	9,10	8,43
Jaguari	Jardim da Fraternidade, Hipica Jaguari, Águas Claras, Jardim Santa Lúcia, Jardim São Caetano, Distrito Industrial II e IV	5,44	5,13
Brasil	Cruzeiro, Conjunto Habitacional Padre Aldo Bolini, Vila Maria, Vila Batista, Jardim Novo Mundo	5,31	4,84
Santa Cruz	Vila Garcia, Jardim Araçatí, Vila Flora, Santa Libânia, Vila Edna	7,79	6,73
Lavapés	Lavapés, Jardim São Cristóvão, Jardim Santa Amélia, Vila Motta, Vila Gato, Vila Virginia	8,18	8,10
Centro	Jardim Nova Bragança, Vila Malva, Largo das Pedras, Praça José Bonifácio, Praça Raul Leme	7,21	8,57
Aparecida	Vila Aparecida, Jardim Comendador Cardoso, Jardim Santa Rita de Cássia	9,13	8,85
Matadouro	Jardim Dr. Júlio de Mesquita Filho, Jardim Anchieta, Jardim Parati, Jardim Maria Augusta, Vila Municipal, Jardim das Laranjeiras, Vila Bertrando	7,92	7,38
São Lourenço	Jardim São Lourenço, Jardim Ouro Preto, Distrito Industrial III	5,60	5,04
Sem denominação	-	0,46	0,54
Sem delimitação	-	2,79	4,20
Zona rural	-	11,30	13,10

Fonte: IBGE.

A última projeção feita pelo próprio IBGE (estimativa para 1997) aponta em 2,05% a taxa média de crescimento anual da população; embora menor do que a de 2,34% das décadas anteriores, a queda dessa taxa não pode ser tida como tendência para os próximos anos exatamente em função dos impactos que Bragança Paulista sofrerá com a duplicação da Rodovia Fernão Dias.

VOLUME DE CAPTAÇÃO DA POUPANÇA

Diferentemente do que vinha ocorrendo desde 1991, o saldo de captação da poupança em Bragança Paulista, de acordo com as planilhas fornecidas pelo Banco Central do Brasil (tabela 6) sofreu queda de 1995 para 1996.

TABELA 6 – VOLUME DE CAPTAÇÃO DA POUPANÇA 1989-1996

MÊS	1989 (US)	1990 (US)	1991 (US)	1992 (US)	1993 (US)	1994 (US)	1995 (US)	1996 (US)
Janeiro	15.090.246	15.979.643	8.430.189	9.795.809	14.532.734	19.580.117	40.311.447	35.339.596
Fevereiro	18.302.726	18.483.665	9.104.209	10.422.327	15.123.246	18.974.167	40.007.740	35.632.547
Março	23.609.939	19.919.044	9.536.369	10.736.403	15.522.670	19.048.908	41.608.690	35.664.299
Abril	26.047.697	11.373.772	9.258.945	10.961.712	15.254.729	19.343.755	42.725.450	34.892.949
Mai	24.932.239	9.208.430	9.187.409	10.996.179	15.746.860	20.381.789	45.763.139	34.988.818
Junho	22.121.728	9.080.399	9.449.672	11.455.706	15.932.195	22.276.612	47.308.875	35.103.253
Julho	19.999.133	9.629.155	9.748.942	11.726.900	16.054.817	27.730.780	47.754.371	35.112.627
Agosto	19.726.776	11.230.056	9.362.269	12.104.471	16.360.827	29.689.169	49.075.670	35.159.736
Setembro	18.900.586	10.813.464	9.478.304	12.498.668	16.163.025	30.991.958	49.209.094	35.663.000
Outubro	18.517.827	9.797.858	8.217.507	12.798.811	16.533.405	31.758.520	48.932.149	36.000.437
Novembro	17.495.173	8.424.834	8.235.992	12.907.304	17.024.040	32.451.836	49.611.262	39.299.166
Dezembro	16.208.298	8.875.155	9.612.997	14.324.397	18.286.276	27.873.072	50.317.170	58.014.528
TOTAL	240.952.368	142.815.475	109.622.804	140.728.687	192.534.824	300.100.683	552.625.057	450.870.956
MÉDIA MENSAL	20.079.364	11.901.290	9.135.234	11.727.390	16.044.569	25.008.390	46.052.088	37.572.580

Fonte: Banco Central do Brasil. (Nota da fonte: os valores anteriores a 1995 e os referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, junho, julho, agosto e setembro de 1996 não incluem a Caixa Econômica Federal).

Sobre a queda registrada no último ano, do ponto de vista da poupança, a comissão entendeu que o cenário é indicativo de crise, o que se reforça com a análise de alguns indicadores de inadimplência, que também apresentam curva ascendente nos últimos anos.

INDICADORES DE INADIMPLÊNCIA

Na ausência de processamento global sobre a incidência desse fenômeno no Município bragantino, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos obteve junto a instituições locais alguns indicadores que contribuem para amostragem da situação.

Quanto ao relatório da Câmara dos Dirigentes Lojistas sobre os registros de inadimplência processados por ela nos anos de 1994, 1995, 1996 e 1997 (tabela 7), cabe ressaltar as palavras do presidente da entidade, Sr. João Marques Neto, durante os debates da comissão a esse respeito: "Acreditamos que o volume total de inadimplência em Bragança Paulista atinja cerca de 30% a mais do que o movimento registrado pela CDL porque este se refere apenas aos casos em que houve o registro no Setor de Proteção ao Crédito."

TABELA 7 – RELATÓRIO DE INADIMPLÊNCIA FORNECIDO PELA CDL

ANO	NÚMERO DE REGISTROS	CANCELAMENTOS	CANCELAMENTOS (%)
1994	6.141	3.352	55
1995	15.058	6.633	44
1996	15.505	7.824	50
1997 (até agosto)	10.439	5.140	49

Fonte: Câmara dos Dirigentes Lojistas.

Pela tabela 7 constata-se que a média de cancelamentos dos registros de inadimplência tem sido em torno de 49 a 50% por ano, avolumando-se, pois, para anos seguintes os registros inscritos no Serviço de Proteção ao Crédito que não são liquidados pelo devedor. Para 1997, persistindo a média obtida até agosto, projeta-se um volume entre 15.600 e 16.000 casos de negatização que, por sua vez, determina um índice de 1% de aumento em relação ao ano anterior.

Com referência ao grande aumento dos registros de inadimplência ocorrido de 1994 para 1995, conforme destacou o Sr. Antônio Carlos Vidiri, Presidente da Associação Comercial: "o fato que mais se associa a tal fenômeno é a implantação do Plano Real, ocorrida nesse período." Com efeito, a população brasileira, habituada a conviver com índices inflacionários bastante elevados até então, evidentemente se deixou atrair pelo consumo estimulado por créditos a longo prazo de prestações fixas que, no entanto, não deixam de conter juros e de comprometer a renda familiar durante anos seguidos.

No movimento de títulos protestados do Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Bragança Paulista (tabela 8) confirma-se a situação, com 5.635 títulos protestados a mais, de 1994 para 1995, estabilizando-se a partir daí na média anual de 8.800 protestos com a inclusão da estimativa para 1997.

TABELA 8 – PROTESTO DE TÍTULOS

ANO	NÚMERO DE TÍTULOS PROTESTADOS
1994	3.684
1995	9.319
1996	8.544
1997 (até setembro)	6.412

Fonte: Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Bragança Paulista.

Ainda com referência aos dados constantes da tabela 8, nos cálculos feitos pelo vereador Paulo Miguel Zenorini, eles demonstram alto índice de negatividade, considerando o aumento de 132% ocorrido de 1994 para 1996.

Complementando os indicadores de inadimplência, foram fornecidos pelo Dr. Nagashi Furukawa, MM. Juiz Distribuidor da Comarca local, dados relativos a execuções fiscais (tabela 9) e de ações de despejo por falta de pagamento (tabela 10).

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL

ANO	NÚMERO DE AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL DISTRIBUÍDAS
1994	2.371
1995	4.108
1996	1.567
1997 (até novembro)	5.883

Fonte: Juiz Distribuidor da Comarca de Bragança Paulista.

As oscilações intensas que se registram de um ano para outro na quantidade de ações fiscais distribuídas, pela análise da comissão, estão relacionadas principalmente às mudanças da política tributária que ocorrem em cada esfera de governo, conforme ilustrou o vereador Marco Antonio Marcolino: "A instabilidade dos números anuais de ações distribuídas por ações fiscais pode ser associada diretamente à política dos governos federal, estadual e municipal. Neste ano, por exemplo, o governo federal está impetrando ações amigáveis para cobrança de débitos até mesmo entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00."

TABELA 10 - AÇÕES DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO

VARA JUDICIAL	NÚMERO DE AÇÕES DE DESPEJO NO ANO DE:		
	1995	1996	1997 (até outubro)
1ª Vara	63	68	55
2ª Vara	63	67	57
3ª Vara	64	67	57
4ª Vara	64	67	58
---	---	---	---
TOTAL	254	269	227

Fonte: Juiz Distribuidor da Comarca de Bragança Paulista.

Já a distribuição de ações de despejo por falta de pagamento vêm apresentando estabilidade na vigência do Plano Real, com projeção de cerca de 272 em 1997, 3 a mais do que o total havido no ano anterior.

INDICADORES DE DESEMPREGO

Desemprego é outro fato socioeconômico de difícil apuração geral em Bragança Paulista por falta de acompanhamento que englobe todos os setores envolvidos. Foram conseguidos junto ao Posto de Atendimento do Trabalho de Bragança Paulista (órgão do Ministério do Trabalho) e junto a alguns sindicatos com base ou com jurisdição neste Município os dados relativos às homologações de rescisões de contratos de trabalho ocorridas a partir de 1994 (tabela 11), assim como o movimento da concessão de seguro-desemprego processado pelo referido posto de atendimento (tabela 12).

TABELA 11 – RESCISÕES DE CONTRATOS DE TRABALHO

FONTE	1994	1995	1996	1997 (*)
Posto de Atendimento do Trabalho de Bragança Paulista	2.640	1.289	1.003	758
Sindicato dos Empregados no Comércio de Bragança Paulista	679	981	913	872
Sindicato dos Bancários de Bragança Paulista e Região	42	79	40	21
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção de Itatiba e Região	84	346	113	117
Sindicato dos Servidores Municipais de Bragança Paulista (de 1994 a 1996, números estimados)	58	58	58	67
TOTAL	3.503	2.753	2.127	1.835

Fontes indicadas na tabela. (*) Até agosto, setembro ou outubro, conforme declaração da entidade

Nos debates feitos pela comissão a respeito do indicador da tabela 11, verificou-se tendência de aumento das homologações de rescisões de contratos trabalhistas na margem de 13,35% de 1996 para 1997, tomando-se por base os dados fornecidos pelo Posto de Atendimento do Trabalho.

"O que preocupa, neste caso, é que o dado do Posto de Atendimento do Trabalho sinaliza para um índice geral de desemprego em crescimento porque as homologações somente acontecem quando o empregado tem mais de um ano de serviço e atualmente sabe-se que existe um grande volume de demissões de pessoas que não chegam a completar um ano de serviço." O comentário feito pelo vice-presidente da Comissão de Assuntos Socioeconômicos, vereador Marco Antonio Marcolino, sintetiza o motivo da apreensão da Câmara Municipal com a incidência do desemprego em Bragança Paulista.

Com referência ao movimento de concessão de seguro-desemprego (tabela 12), foi constatado pelo vereador Fábio de Assis Liverri que "a projeção para 1997 fica em torno de 4.710, com crescimento de 5,74% em relação a 1996".

TABELA 12 – CONCESSÃO DE SEGURO-DESEMPREGO

MÊS	1994	1995	1996	1997 (até agosto)
Janeiro	342	348	235	345
Fevereiro	264	404	335	430
Março	412	646	476	480
Abril	345	368	423	439
Maió	349	404	437	361
Junho	250	359	305	342
Julho	232	438	349	324
Agosto	235	481	356	419
Setembro	397	413	472	-
Outubro	294	330	343	-
Novembro	306	416	295	-
Dezembro	316	352	123	-
TOTAL	3.742	4.959	4.149	3.140

Fonte: Posto de Atendimento do Trabalho de Bragança Paulista.

Discutindo os indicadores relacionados ao desemprego, houve consenso da comissão no sentido de que a medida ideal por parte dos órgãos públicos e das instituições civis para combate ao desemprego envolve como etapa inicial a realização de pesquisas sobre o perfil do desempregado e o perfil do profissional necessário às atividades que se realizam no Município.

Por sugestão do Prof. Valter Dias Lopes, delegado de ensino local, que foi quem colocou a necessidade de levantamento do perfil do profissional esperado pelas empresas, iniciou-se trabalho conjunto entre Câmara dos Dirigentes Lojistas, Associação Comercial e Delegacia Regional do CIESP para apresentação desse levantamento. Nas palavras do Prof. Valter, se dimensiona a importância das pesquisas como fonte de conquistas necessárias ao Município junto aos governos do Estado e da União: "Nos dias de hoje, quando nos dirigimos às Secretarias de Estado em busca de benefícios para o Município são exigidas pesquisas que revelem a situação existente e, além disso, no caso da educação, somente através de levantamento do perfil do profissional necessário é que poderemos lutar pela implantação de ensino profissionalizante compatível com as peculiaridades locais."

EMPRESAS EM FUNCIONAMENTO SEGUNDO O CADASTRO DA INSPETORIA FISCAL DE BRAGANÇA PAULISTA

Com a cooperação do Sr. João Antonio de Toledo, inspetor fiscal substituto, e do Sr. Ari Osvaldo de Campos, chefe do Posto Fiscal de Bragança Paulista, a comissão obteve o processamento estatístico do número de empresas cadastradas naquela inspetoria, em funcionamento no Município bragantino, com dados atualizados até agosto deste ano. Os resultados do processamento, detalhados nas tabelas 13 e 14 foram:

TABELA 13 – NÚMERO DE EMPRESAS SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE

TIPO DE ATIVIDADE	MAIO DE 1997	AGOSTO DE 1997
Agricultura	07	07
Atividades Auxiliares	44	43
Comércio Atacadista	146	152
Comércio Varejista	2.399	2.497
Indústria Extrativa	31	32
Indústria	653	677
Outras Atividades	174	176
Pecuária	14	14
Transportes	43	44
TOTAL	3.511	3.642

Fonte: Posto Fiscal de Bragança Paulista.

Em número de empresas inscritas na Inspeção Fiscal (tabela 13), a predominância do comércio varejista é absoluta, detendo 68,56% do total de estabelecimentos cadastrados. Em seguida vêm as indústrias que, considerando também as extrativas, correspondem a 19,47% do total geral.

No que diz respeito à classe das empresas (tabela 14), os critérios de classificação são os seguintes:

- A = empresas com débito superior a 5.000 UFESP ou crédito superior a 4.000 UFESP;
- B = empresas com débito de 250 até 5.000 UFESP ou crédito de 200 até 4.000 UFESP;
- C = empresas com débito menor do que 250 UFESPs ou crédito menor do que 200 UFESPs;
- M = microempresa;
- D/O/N = nenhum dos critérios anteriores.

TABELA 14 – NÚMERO DE EMPRESAS POR CLASSE

TIPO DE ATIVIDADE	CLASSES						TOTAL	
	A	B	C	D	M	N		O
Agricultura	0	1	1	5	0	0	0	7
Atividades Auxiliares	0	0	0	32	2	9	0	43
Comércio Atacadista	1	8	18	87	0	32	6	152
Comércio Varejista	14	28	54	292	1.913	114	82	2.497
Indústria Extrativa	0	0	0	13	18	1	0	32
Indústria	16	21	23	79	472	35	31	677
Outras Atividades	1	0	2	39	117	8	9	176
Pecuária	0	1	0	9	0	2	2	14
Transportes	1	0	2	26	8	7	0	44
TOTAL	33	59	100	582	2.530	208	130	3.642

Fonte: Posto Fiscal de Bragança Paulista.

Portanto, as estatísticas da Inspeção Fiscal demonstram a preponderância total das microempresas em Bragança Paulista. Outro dado bastante interessante obtido da mesma fonte diz respeito ao tempo de existência das empresas que estão em funcionamento atualmente (tabela 15), a partir da data de início da atividade, ou seja, de sua inscrição no Posto Fiscal.

TABELA 15 – EMPRESAS SEGUNDO A DÉCADA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO

TIPO DE ATIVIDADE DA EMPRESA	INÍCIO DE FUNCIONAMENTO NA DÉCADA DE:						
	30	40	50	60	70	80	90
Agricultura	0	0	0	2	3	1	1
Atividades Auxiliares	0	0	0	0	4	11	28
Comércio Atacadista	0	1	1	5	16	41	88
Comércio Varejista	3	3	38	99	213	646	1.495
Indústria Extrativa	0	0	0	6	3	13	10
Indústria	0	1	11	19	70	179	397
Outras Atividades	0	1	3	16	35	51	70
Pecuária	0	0	0	2	2	4	6
Transportes	0	1	0	1	5	14	23
TOTAL	3	7	53	150	351	960	2.118

Fonte: Posto Fiscal de Bragança Paulista.

Como resultado das estatísticas expostas na tabela 15 constata-se que 58,15% do total de empresas em funcionamento foram abertas na década de 90 e 26,36%, na década de 80, com um total de 84,51% abertas nos últimos 17 anos.

O cadastro da Inspeção Fiscal permitiu, com o levantamento referente a 3.626 das 3.642 empresas inscritas, constatar dados sobre a localização desses estabelecimentos (tabelas 16, 17 e 18).

TABELA 16 – NÚMERO DE EMPRESAS CADASTRADAS NO POSTO FISCAL COM SEDE NA ZONA URBANA

BAIRRO	ATIVIDADES AUXILIARES	COMÉRCIO VAREJISTA	COMÉRCIO ATACADISTA	INDÚSTRIA	INDÚSTRIA EXTRATIVA	AGRICULTURA	PECUÁRIA	TRANSPORTES	OUTRAS	TOTAL
América	1	0	1	2	0	0	0	0	1	5
Aparecida	2	117	7	25	0	0	0	3	4	158
Bianchi	0	173	6	42	1	0	1	5	11	239
Brasil	0	147	7	52	1	0	0	2	5	214
Centro Cidade	22	954	43	100	1	1	1	6	87	1.215
Nova	0	87	1	12	0	0	0	0	1	101
Jaguari	0	52	2	9	0	0	0	3	0	66
Jardins	2	21	1	3	0	0	0	0	0	27
Lavapês	2	193	22	52	0	0	0	4	15	288
Matadouro	2	206	20	82	0	0	0	7	22	339
Penha	0	21	5	31	0	0	0	2	0	59
Pinheirais	0	28	1	0	0	0	0	1	2	32
Santa Luzia	2	79	7	17	0	0	0	5	2	112
Santa Cruz	2	131	10	29	0	0	0	1	10	183
São Lourenço	0	38	4	13	0	0	0	1	2	58
Taboão	3	120	6	14	0	0	1	3	7	154
--	--	-----	---	---	-	-	-	--	---	-----
TOTAL	38	2.367	143	483	3	1	3	43	169	3.250

Fonte: Dados compilados pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária o cadastro do Posto Fiscal de Bragança Paulista.

TABELA 17 – NÚMERO DE EMPRESAS CADASTRADAS NO POSTO FISCAL COM SEDE NA ZONA RURAL

BAIRRO	ATIVIDADES AUXILIARES	COMÉRCIO VAREJISTA	COMÉRCIO ATACADISTA	INDÚSTRIA EXTRATIVA	AGRICULTURA	PECUÁRIA	TRANSPORTES	OUTRAS	TOTAL
Água Comprida	1	12	0	7	0	0	0	0	20
Agudo	0	9	0	27	3	0	0	0	39
Agudo de Cima	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Agudo do Menin	0	1	0	3	0	0	0	0	4
Agudo dos Frias	0	0	0	4	2	0	0	0	6
Anhumas	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Araras	0	2	0	5	0	0	3	0	10
Araras dos Leme	0	1	0	3	0	0	0	0	4
Araras dos Pereira	0	3	0	1	0	0	0	0	4
Atibaianos Bom	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Retiro dos Bacci Bom	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Retiro dos Mourão	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Barreiro	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Biriçá	0	4	0	9	0	1	2	1	17
Biriçá do Valado	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Boa Vista	0	11	0	6	0	0	0	0	17
Bocaina Bom	0	2	0	0	1	0	1	0	5
Retiro	0	14	2	15	1	0	0	0	32
Caetê	0	0	0	2	1	0	0	0	3
Campinho Campo	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Novo	1	6	0	5	0	1	1	0	14
Curitibaños	0	13	2	8	4	2	1	0	31
Esmeralda Estiva do Agudo	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Guaripocaba	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Guaripocaba	1	9	1	24	9	0	0	0	44
Mãe dos Homens	0	4	0	5	1	0	2	1	13
Morro Grande da Boa Vista	0	7	1	16	0	0	0	0	24
Marina	0	1	0	1	1	0	0	0	3

Tabela 17

conclusão

BAIRRO	ATIVIDADES AUXILIARES	COMÉRCIO VAREJISTA	COMÉRCIO ATACADISTA	INDÚSTRIA EXTRATIVA	AGRICULTURA	PECUÁRIA	TRANSPORTES	OUTRAS	TOTAL
Mato Dentro	0	1	0	0	4	0	0	0	5
Menin	0	1	1	6	0	0	0	0	8
Passa Três Morro Grande	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Ponte Alta Rio	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Abaixo	0	0	0	3	0	1	0	0	4
Rio Acima	0	1	0	5	1	0	0	0	7
Serrinha Sete Barras	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Sete Pontes Treme	0	0	0	2	1	0	0	0	3
Terra	1	0	0	2	0	0	0	0	3
Uberaba	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Uberaba	1	7	2	20	0	0	0	3	33
TOTAL	5	118	9	192	29	5	11	1	376

Fonte: Dados compilados pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária o cadastro do Posto Fiscal de Bragança Paulista.

TABELA 18 – TOTALIZAÇÃO DAS TABELAS 16 e 17

TIPO DE ATIVIDADE	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
Atividades auxiliares	38	5	43
Comércio varejista	2.367	118	2.485
Comércio atacadista	143	9	152
Indústria	483	192	675
Indústria extrativa	3	29	32
Agricultura	1	5	6
Pecuária	3	11	14
Transportes	43	1	44
Outras	169	6	175
TOTAL	3.250	376	3.626

Fonte: Posto Fiscal de Bragança Paulista.

ENERGIA ELÉTRICA

" Apesar de não ser a maior cidade atendida pelo Grupo Rede, no ano de 1996 Bragança Paulista tornou-se a primeira colocada em venda de energia elétrica, ficando à frente do Município de Presidente Prudente que era o detentor dessa posição." (Engenheiro Pedro Oda, Gerente Geral da Empresa Elétrica Bragantina S.A.)

Participando, a convite da comissão, da sessão ordinária realizada pela Câmara Municipal no dia 05 de agosto de 1997, os engenheiros Pedro Oda e Carlos Alberto Manfrin Canno, respectivamente Gerente-Geral e Gerente Comercial da Empresa Elétrica Bragançana S. A., forneceram dados relativos aos trabalhos dessa concessionária em Bragança Paulista.

Segundo o Eng^o Pedro Oda, o Grupo Rede é composto de seis empresas distribuidoras de energia elétrica, entre elas a Empresa Elétrica Bragançana S.A. O grupo tem cerca de 600.000 clientes, com atendimento em quatro Estados: São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Tocantins e a Empresa Elétrica Bragançana S. A., por sua vez, presta atendimento a 15 Municípios, com 110 funcionários diretos e 90 indiretos e com 68.000 clientes. Nos últimos três anos, a Empresa Elétrica Bragançana S.A. cresceu mais de 10% ao ano, superando limites nacionais em sua área.

Com referência aos equipamentos e serviços mantidos no Município bragantino, aquele engenheiro enfatizou que:

- existem duas estações de energia elétrica, uma no Bairro de Curitibaanos e outra no Recanto Elizabeth;
- estavam constando dos principais investimentos para 1997: formação do Distrito Industrial III e instalação da empresa industrial Arcor no Bairro de Curitibaanos, reforma do sistema de energia elétrica dos bairros Cidade Planejada I e II, Parque dos Estados, Jardim da Fraternidade e conjunto residencial Henedina Rodrigues Cortez (Jardim Águas Claras), para adequado provimento do setor oeste com energia elétrica;
- quanto à iluminação pública, estava se estabelecendo parceria para atendimento de novos pólos de vias públicas e que, para troca de lâmpadas queimadas, bastava um telefonema do consumidor para o número 196;
- da eletrificação rural, a empresa estava solicitando recadastramento de interessados em função do programa Luz da Terra lançado pelo governo estadual.

O número de consumidores de energia elétrica em Bragança Paulista (tabela 19), conforme os dados processados pela Empresa Elétrica Bragançana S.A., tem tido aumento de cerca de 1.485 por ano, chegando ao total de 33.958 em outubro de 1997.

TABELA 19 – NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE

CLASSE	AGOSTO DE 1993	JULHO DE 1995	OUTUBRO DE 1997
Residencial	24.141	26.193	29.441
Industrial	499	553	579
Comercial	2.222	2.481	2.671
Rural	988	1.041	1.072
Outros	167	174	195
TOTAL	28.017	30.442	33.958

Fonte: Empresa Elétrica Bragançana S.A.

Em quantidade de energia elétrica, a indústria tem sido líder, prevalecendo aquilo que havia sido constatado pela comissão na legislatura anterior de que o consumo de energia elétrica para fins industriais de Bragança Paulista é proporcionalmente igual ou até superior ao que ocorre em

Municípios altamente industrializados como Campinas. As informações da Empresa Elétrica Bragançana S. A. relativas a outubro de 1997 apontam, em kWh, o seguinte volume de energia elétrica consumido por classe:

·residencial:	6.653.663 kWh
·industrial:	13.461.293 kWh
·comercial:	2.424.628 kWh
·rural:	1.321.562 kWh
·outros:	2.512.654 kWh
·total:	26.373.800 kWh

PROPOSTA DA DELEGACIA REGIONAL DO CIESP DE BRAGANÇA PAULISTA PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL E AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA DA ENTIDADE SOBRE A CONJUNTURA DA INDÚSTRIA NA REGIÃO BRAGANTINA

A inexistência de política industrial tem acarretado uma série de ônus ao Município, dificultando a consolidação dos distritos industriais existentes e a atração de empreendimentos compatíveis com as peculiaridades locais e as necessidades da população.

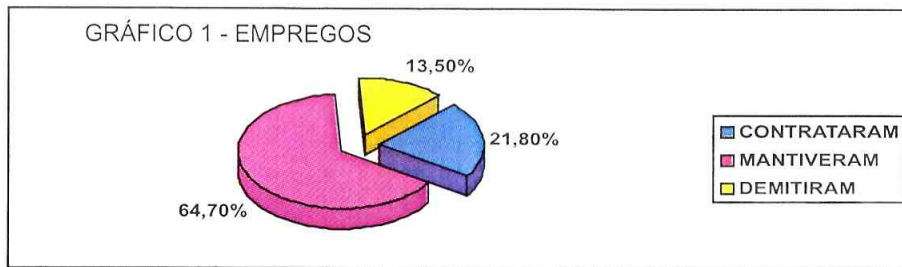
Trabalho feito pela Delegacia Regional do CIESP de Bragança Paulista, representada na comissão pelos Srs. Norberto Pedro, diretor titular, e Rolf Marco Sitta, proporcionou avanço no tratamento dessas questões. O trabalho é composto de duas partes fundamentais, a primeira delas referente à determinação de critérios para a implantação de novas empresas industriais no Município e o segundo composto de análise do comportamento das empresas da região bragantina no trimestre de abril a junho de 1997.

Os documentos a esse respeito foram comentados pelo Sr. Rolf Marco Sitta que, em relação à determinação de critérios para a implantação de novas empresas, explicou haver sido elaborado - e encaminhado também ao Poder Executivo - um questionário a ser respondido por empresas interessadas em se implantar em Bragança Paulista, composto de itens sobre identificação da empresa, dimensionamento, disponibilidade e enquadramento dentro da legislação, mão-de-obra requerida e insumos.

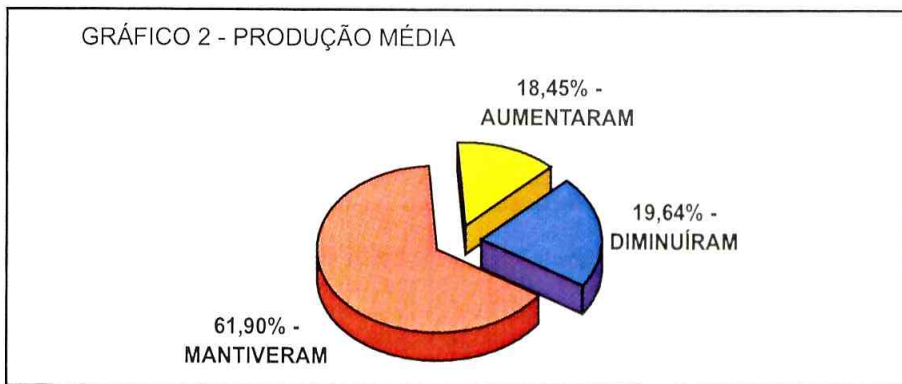
Analisando o questionário elaborado pela Delegacia Regional do CIESP, a comissão entendeu que a sua adoção pelo Município representa a base para definição da política industrial e a formação de um cadastro fundamental para a compatibilidade das novas empresas com a infraestrutura e o crescimento organizado do parque industrial. Por isso, o documento está em estudos no Departamento Jurídico da Câmara Municipal para ser convertido em projeto de lei.

Também as estatísticas oferecidas pela referida entidade quanto ao comportamento das empresas da região bragantina contêm informações até então desconhecidas sobre as indústrias que já operam na região bragantina. Os resultados do processamento da Delegacia Regional do CIESP sobre a conjuntura industrial da região bragantina referentes ao trimestre abril-junho de 1997 estão sintetizados nos gráficos 1, 2 e 3 e nas tabelas 20 e 21, que seguem:

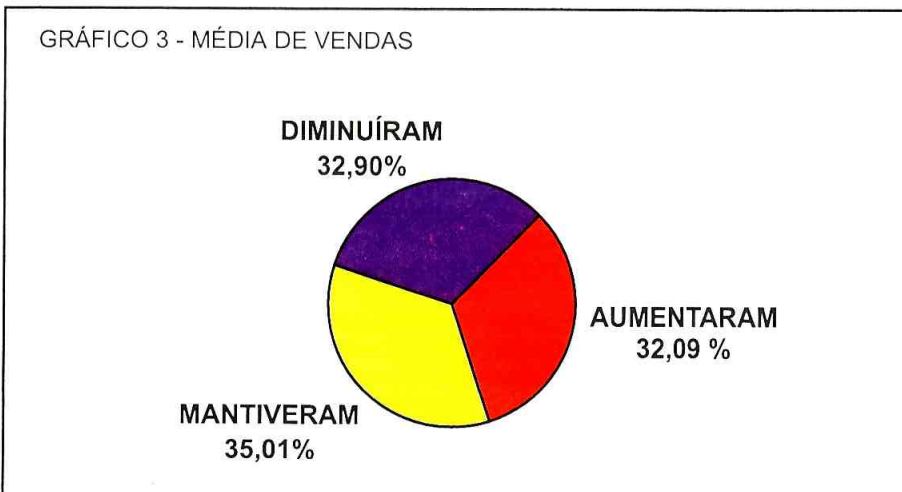
Comportamento da Indústrias



Fonte: Delegacia Regional do Ciesp de Bragança Paulista.



Fonte: Delegacia Regional do Ciesp de Bragança Paulista.



Fonte: Delegacia Regional do Ciesp de Bragança Paulista.

TABELA 20 - COMPORTAMENTO DAS EMPRESAS QUANTO À IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

MÊS/97	IMPORTAÇÃO				EXPORTAÇÃO			
	AUMENTOU	DIMINUIU	MANTEVE	NÃO HOUE	AUMENTOU	DIMINUIU	MANTEVE	NÃO HOUE
Abril	0%	0%	23%	77%	0%	5%	32%	64%
Mai	7%	0%	21%	64%	7%	14%	14%	64%
Junho	0%	0%	25%	75%	0%	0%	50%	50%

Fonte: Delegacia Regional do Ciesp de Bragança Paulista.

TABELA 21 - COMPORTAMENTO DAS EMPRESAS EM RELAÇÃO À INVESTIMENTO E TREINAMENTO

MÊS/97	INVESTIMENTO				TREINAMENTO			
	AUMENTOU	DIMINUIU	MANTEVE	NÃO HOUE	AUMENTOU	DIMINUIU	MANTEVE	NÃO HOUE
Abril	14%	0%	18%	68%	14%	0%	18%	68%
Mai	0%	0%	21%	79%	0%	0%	21%	79%
Junho	0%	0%	13%	88%	25%	0%	13%	63%

Fonte: Delegacia Regional do Ciesp de Bragança Paulista.

SETOR PRIMÁRIO: AVALIAÇÃO E ESTIMATIVAS DO ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BRAGANÇA PAULISTA

Tendo entre seus membros colaboradores o engenheiro agrônomo José Geraldo Zambolim Gili, diretor do Escritório de Desenvolvimento Rural de Bragança Paulista, e contando também com a participação dos técnicos designados por ele para representação do referido órgão, Sr. Fernando Frias Fernandes, engenheiro agrônomo, e Sr. Antônio Carlos Novaes, técnico de apoio agropecuário, a comissão obteve a avaliação desse escritório com referência à situação da agricultura e da pecuária locais em 1997.

A avaliação enfatiza que a agricultura no Município bragantino vem sendo modificada com tendência de as propriedades rurais trabalharem na forma de empresas rurais, num processo que se intensificou a partir da década de 80, com base no princípio de que a mão-de-obra rural vem acompanhando a mão-de-obra urbana em termos de legislação trabalhista.

A subdivisão das propriedades rurais foi também citada pelo Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) como fator de profundas transformações da agricultura bragantina, ocasionando o aumento de áreas para lazer em detrimento das áreas para o plantio e impondo o emprego de tecnologias avançadas para o crescimento da produtividade e da qualidade dos produtos. Com área total de 48.900 hectares, Bragança Paulista tem, nos dias de hoje, apenas 10% ocupados com atividades de agricultura e pecuária e, segundo o levantamento objetivo executado pelo EDR, no período de novembro de 1995 a setembro de 1996, resultou em 1.145 propriedades produtivas.

De acordo com a estimativa daquele órgão, atualmente se destacam no Município as culturas de hortaliças e de flores, plantadas em ambiente protegido por estufas plásticas (plasticultura). Das culturas tradicionais da região, a maior incidência é a de reflorestamento com eucalipto - com área aproximada de 5.000 hectares, seguida da cultura do milho, com área estimada de 3.000 hectares, e do café (área de 1.000 hectares), este, porém, diminuindo a cada ano.

Na criação de animais, sobressaem a suinocultura com 50.000 cabeças, a avicultura de corte com 300.000 cabeças e a bovinocultura com 25.000 cabeças.

Do levantamento subjetivo do Escritório de Desenvolvimento Rural (tabelas 22 e 23), de novembro de 1997, constam as previsões e estimativas de safras do ano agrícola de 1997-1998.

TABELA 22 - PREVISÕES DE SAFRAS DA AGRICULTURA PARA O ANO AGRÍCOLA DE 1997-1998

AGRICULTURA/PRODUTO	ESTIMATIVAS DE NOVEMBRO DE 1997	
Culturas anuais e semiperenes	Hectares em produção	Expectativa de produção
Arroz em casca de sequeiro e várzea	30	750 sacas de 60 kg
Batata das águas	100	35.000 sacas de 50 kg
Cana para corte	100	5.000 toneladas
Cana para forragem	100	5.000 toneladas
Feijão das águas	200	3.000 sacas de 60 kg
Mandioca para arrancar nesta safra	10	8.000 caixas de 25 kg
Milho em grão	3.000	135.000 sacas de 60 kg
Milho para silagem	100	(não consta)
Sorgo forrageiro	70	2.800 toneladas
Tomate envarado	20	30.000 caixas de 25 kg
Culturas Perenes	Pés em produção	Expectativa de produção
Abacate	5.000	25.000 caixas de 22 kg
Ameixa	1.000	2.000 caixas de 5 kg
Banana	40 (hectares)	800 toneladas
Café beneficiado	1.400.000	18.200 sacas de 60 kg
Caqui	1.500	3.000 caixas de 26 kg
Goiaba para mesa	1.300	5.200 caixas de 3,5 kg
Laranja (ano agrícola 96-97)	45.000	90.000 caixas de 40,8 kg
Laranja (ano agrícola 97-98)	70.000	140.000 caixas de 40,8 kg
Limão	1.000	1.500 caixas de 40,8 kg
Macadâmia	800 pés novos	(não consta)
Manga	1.000	1.000 caixas de 22 kg
Pêssego para mesa	5.000	20.000 caixas de 3,5 kg
Poncã	60.000	90.000 caixas de 40,8 kg
Tangerina (cravo, satsuma)	1.000	60.000 caixas de 40,8 kg
Uva comum para mesa	10.000	2.000 caixas de 5 kg
Uva fina para mesa	15.000	7.200 caixas de 7 kg
Olericultura	Área anual em produção	Produção anual 1997
Abóbora seca	20 hectares	300 toneladas
Abobrinha	20 hectares	7.000 caixas de 20 kg
Brócolis	12 hectares	15.600 eng.dz. mç 15 kg (*)
Pepino	10 hectares	10.000 caixas de 24 kg
Pimentão	10 hectares	12.000 caixas de 12 kg
Vagem	20 hectares	14.000 caixas de 19 kg
Florestais	Área nova (plantio do ano)	Área com mais de um ano
Eucalipto	100 hectares	5.000 hectares
Pinus	-	227 hectares
Mata natural	-	550 hectares

Fonte: Escritório de Desenvolvimento Rural de Bragança Paulista. (*): Engradados com uma dúzia de maçãs.

TABELA 23 - ESTIMATIVAS SOBRE A PECUÁRIA BRAGANTINA PARA O ANO AGRÍCOLA DE 1997-1998

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Bovinocultura	
Área de pastagem natural	10.000 hectares
Área de pastagem cultivada	11.000 hectares
Número atual de bovinos para corte em todas as idades	10.000 cabeças
Número de bovinos para leite em todas as idades	4.000 cabeças
Número de bovinos mistos em todas as idades	10.000 cabeças
Bovinos deste município encaminhados/encaminhar para abate no ano	3.000 cabeças
Produção de leite tipo B em mil litros por ano	3.650
Produção de leite tipo C (especial) em mil litros por ano	1.506
Suinocultura	
Número atual de suínos em todas as idades	50.000 cabeças
Suínos deste município encaminhados/encaminhar para abate no ano	30.000 cabeças
Avicultura	
Número atual de aves de granja para corte (exclui perus)	300.000 cabeças
Número atual de aves de granja para ovos	20.000 cabeças
Aves de granja encaminhadas/encaminhar para abate no ano (excluindo perus)	500.000 cabeças
Apicultura	
Número de produtores de mel	120
Número de colméias	2.400
Produção de mel	20 kg/colméia

Fonte: Escritório de Desenvolvimento Rural de Bragança Paulista.

Além do quadro oferecido pelo Escritório de Desenvolvimento Rural, dois outros temas relacionados ao setor primário também repercutiram nos trabalhos da comissão:

- projetos do Executivo para firmar convênio com o Estado visando à municipalização da agricultura e à implantação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural foram analisados e deliberados pela Câmara Municipal em 1997, tendo a Comissão de Justiça, Redação, Defesa do Meio Ambiente e do Consumidor promovido reuniões com representantes de entidades ligadas à agricultura e à pecuária, elaborando, a partir disso, inúmeras emendas que receberam apoio de todos os membros do Poder Legislativo;

- a pedido de cidadãos bragantinos, foi abordada pela Comissão de Assuntos Socioeconômicos a participação dos produtores rurais em programas do governo federal para o setor primário. A comissão encaminhou o assunto mediante pedido à agência local do Banco do Brasil para prestar informações e está aguardando resposta.

Refletiram nos trabalhos da comissão, ainda, outros temas de importância socioeconômica para Bragança Paulista, comentados nos próximos itens.

SAÚDE: MORTALIDADE INFANTIL - AS TAXAS CONTINUAM PREOCUPANTES

Repercutindo na Comissão de Assuntos Socioeconômicos as constatações que vêm sendo feitas pela Comissão Especial de Estudos da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal (CEECA), enfatizou-se nos debates a preocupação quanto à taxa de mortalidade infantil em Bragança Paulista que, apesar da queda havida de 1995 para 1996, ainda se mantém em patamar elevado, sempre superior a 20 óbitos para cada grupo de mil nascidos vivos.

Processamentos obtidos pela CEECA junto à Fundação SEADE revelam a taxa de mortalidade infantil neste Município nos anos já decorridos da década de 90 (tabela 24).

TABELA 24 – TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL 1990-1996

ANO	TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL
1990	40,68
1991	33,89
1992	34,37
1993	29,70
1994	30,48
1995	30,60
1996	21,19

Fonte: SEADE.

Com referência ao ano de 1997, a CEECA vem fazendo o levantamento junto ao Cartório de Registro Civil local, constatando, no período de janeiro a outubro do corrente ano, a taxa de 25,57. Outras constatações importantes daquela comissão relativas ao ano em curso, também do período de janeiro a outubro, estão expostas nas tabelas 25 e 26.

TABELA 25 - NASCIMENTOS E ÓBITOS DE CRIANÇAS DE 0 A 1 ANO REGISTRADOS POR ABAIRRAMENTO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 1997

ABAIRRAMENTO SETORIAL	NASCIMENTOS	ÓBITOS DE CRIANÇAS DE 0 A 1 ANO
América	10	00
Aparecida	109	01
Bianchi	164	02
Brasil	253	04
Centro	90	03
Cidade Nova	190	04
Jaguari	175	02
Jardins	46	01
Lavapés	83	03
Matadouro	119	03
Penha	98	06
Pinheirais	07	00
Santa Cruz	122	08
Santa Luzia	82	00
São Lourenço	36	01
Sem delimitação	03	00
Taboão	28	01
Zona rural	301	10
TOTAL	1.916	49

Fonte: Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo por fonte primária os registros do Cartório de Registro Civil de Bragança Paulista.

TABELA 26 - RELAÇÃO ENTRE IDADE DAS MÃES E OS ÓBITOS DE CRIANÇAS DE 0 A 1 ANO, DE JANEIRO A OUTUBRO DE 1997

IDADE DA MÃE	TOTAL DE ÓBITOS
12 a 18 anos	04
19 a 24 anos	20
25 a 30 anos	09
31 a 36 anos	11
37 a 42 anos	03
46 anos	01

Fonte: Compilação de dados feita pelo Departamento Legislativo da Câmara Municipal, tendo como fonte primária os Registros do Cartório de Registro Civil de Bragança Paulista.

Sobre as causas da mortalidade infantil em Bragança Paulista continuam a ter maior incidência as denominadas perinatais, que envolvem mortalidade perinatal, anomalias congênitas e lesões ao nascer, partos distócicos e outras afecções anóxicas e distócicas. Nas apurações feitas na legislação anterior essas causas eram responsáveis por 50% dos óbitos registrados no Município.

Para atingir a meta estabelecida pela Câmara Municipal no plano plurianual para o período 1998-2001, de redução de seis óbitos por grupo de mil nascidos vivos, a Comissão Especial de Estudos da Criança e do Adolescente vem estudando as seguintes propostas:

- garantia de pelo menos seis consultas de pré-natal para todas as gestantes;
- criação de banco de dados sobre nascimentos e óbitos de criança de zero a um ano pelo Departamento de Saúde e Promoção Social da Prefeitura Municipal;
- distribuição de cartilha informativa às mulheres (com modelo já elaborado pelo Dr. Atílio Brisighelli Neto, obstetra);
- criação do serviço de verificação de óbitos de natimortos (28 semanas de gestação a uma semana de vida).

A análise de dados e a formulação de propostas da comissão especial são feitas com a participação de colaboradores, profissionais da área de saúde: Dr. Marcus Antônio da Silva Leme, presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e responsável pelo Departamento Municipal de Saúde e Promoção Social, Dr. Benedicto Márcio Villaça, membro do Conselho de Saúde da Prefeitura local, Dr. Antônio Pádua Netto Júnior, pediatra, Dr. Atílio Brisighelli Neto, ginecologista e obstetra, Dra. Elizabeth Margatho Ramos, ginecologista, obstetra e sanitária, Dr. Gilberto Romani, ginecologista e obstetra, Dra. Helena Daitchmann Pinheiro, pediatra, e Ângelo Fernando Baratella, enfermeiro e sanitária.

EDUCAÇÃO: A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E O COMPROMETIMENTO DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Em outubro de 1997, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos recebeu do IBGE algumas das tabelas dos resultados do recenseamento de 1996. Quanto à educação, os dados dessa fonte referem-se a pessoas de 4 ou mais anos de idade que estavam freqüentando escolas no ano passado (tabela 27).

TABELA 27 - PESSOAS DE 4 ANOS OU MAIS QUE ESTAVAM FREQUENTANDO A ESCOLA EM 1996

NÍVEL ESCOLAR	4 a 6 ANOS	7 a 14 ANOS	15 ANOS OU MAIS	IDADE IGNORADA	TOTAL
Pré-escolar	3.140	125	0	27	3.292
Alfabetização de adultos	0	3	27	30	30
Primeiro grau	432	15.565	3.760	107	19.864
Segundo grau	0	150	3.843	24	4.017
Pré-vestibular	0	0	97	0	97
Superior	0	0	1.490	7	1.497
Mestrado ou doutorado	0	0	14	0	14
TOTAL	3.572	15.843	9.231	195	28.811

Fonte: IBGE.

Ao analisar a tabela acima, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos se deteve nos dados relativos à educação infantil. Verificando as informações tabeladas pela Comissão Permanente de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social do Legislativo - obtidas junto ao Departamento de Educação da Prefeitura local - comprova-se que já no início de 1997 (ainda sem interferências da municipalização do ensino fundamental) o sistema municipal de educação infantil não tinha vagas suficientes para o atendimento procurado.

Pelos dados do IBGE (tabela 27) tem-se que na faixa de 4 a 6 anos 3.572 crianças estavam frequentando a escola no ano passado; o apurado pelas comissões da legislatura anterior junto ao Cartório de Registro Civil, com média de 2.188 nascimentos por ano, projeta uma população estimada de 6.564 habitantes com idade de 4 a 6 anos. Pelo cruzamento desses dados calcula-se que somente 54% das crianças nessa faixa etária estavam frequentando a escola naquele ano.

No caso da oferta e procura da rede de educação infantil (tabela 28) a tendência é de um índice bem maior do que o de 54% de crianças não-atendidas, pois a faixa etária abrangida é de 0 a 6 anos e somente na lista de espera da Prefeitura (procura conhecida pelo interesse expresso em obter vaga) o número era de 1.311 crianças no início de 1997, para 3.911 atendidas.

TABELA 28 - OFERTA E PROCURA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 1997

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNOS MATRICULADOS	LISTA DE ESPERA
1. Augusto Vasconcellos	270	12
2. Profa. Alba D' Aparecida Klein	216	100
3. Vila Motta	46	23
4. Profa. Antonieta de Oliveira Lisa	191	92
5. Padre Aldo Bolini	126	29
6. Scyla Médici	63	43
7. Júlio Mesquita	37	26
8. Jardim Anchieta	47	00
9. Comunidade Sorriso	190	21
10. Profa. Marisa Filomena do Amaral	226	84
11. Prof. Fernando da Silva Leme	196	44
12. Santa Luzia	74	31
13. Profa. Maria Lúcia C. de C. Serralvo	246	175
14. Prof. Dr. Nelson Carrozzo	150	98
15. Jardim Iguatemi	23	13
16. D. Henedina Rodrigues Cortez I	209	02
17. D. Henedina Rodrigues Cortez II	112	34
18. Antonio José da Fonseca	214	201
19. Penha	63	26

continua

TABELA 28

	ALUNOS MATRICULADOS	LISTA DE ESPERA	conclusão
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
20. Toró I	50	10	
21. Toró II	43	26	
22. Santa Lúcia I	61	00	
23. Profa. Maria Ignêa Morales Garcia	198	58	
24. Profa. Albina Fantini	48	30	
25. Saada Náder Abi Chedid (CDHU)	218	97	
26. Profa. Célia Maria dos Santos Rossi Lopes	89	00	
27. Araras dos Mori	22	00	
28. Araras dos Pereira	15	00	
29. Curitibaanos	14	00	
30. Morro Grande da Boa Vista (Pista)	10	00	
31. Morro Grande da Boa Vista (Venda)	24	00	
32. Água Comprida	22	00	
33. Guaripocaba dos Souza	25	00	
34. Guaripocaba da Marina	23	00	
35. Mãe dos Homens	12	00	
36. Bom Retiro dos Bacci	18	00	
37. Biriçá do Valado	24	00	
38. Boa Vista dos Silva (Buoso)	24	00	
39. Profa. Sara Aronovich	94	35	
40. Profa. Maria Aparecida T.L. Corradini	84	00	
41. Santa Lúcia II	94	01	
TOTAL	3.911	1.311	

Fonte: Departamento de Educação do Município de Bragança Paulista

Com a edição das leis federais que regulamentam o processo de municipalização do ensino de primeiro grau, a Prefeitura passa a ter obrigações a cumprir a partir de 1998 nesse nível escolar e para captação de recursos será levado em conta o número de alunos de ensino fundamental assumido pelo Município.

A temática central das discussões que vêm sendo promovidas pela Comissão de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social do Legislativo, em mesa de debate composta pelos integrantes da comissão, pela Profa. Huguette Theodoro da Silva Faria, diretora do Departamento de Educação, pelo Prof. Valter Dias Lopes, delegado de ensino de Bragança Paulista, e pelo Prof. Dr. Miguel Henrique Russo, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade São Francisco, tem sido exatamente o receio de que, com a municipalização do ensino fundamental, ainda que feita parcialmente, o Município não tenha condições financeiras sequer de manter a rede de educação infantil com a estrutura atual e quanto menos de expandi-la. Igualmente, a situação do pessoal das redes municipal e estadual com esse processo vem sendo alvo de intensas discussões.

O temor da falta de disponibilidade financeira também existe quanto ao ensino supletivo, já que a legislação em vigor não contempla os recursos direcionados para ele no contexto do atendimento do ensino fundamental.

Do banco de dados da Comissão de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social do Poder Legislativo constam informações básicas para toda e qualquer análise relativa aos possíveis impactos da municipalização do ensino fundamental sobre o Município. Dessas informações, as principais referem-se ao volume atual de alunos da rede de primeiro grau e do supletivo nas escolas estaduais (segundo dados da Delegacia de Ensino local) e municipais (segundo dados do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal), do ano de 1997, que estão totalizados nas tabelas 29, 30 e 31.

**TABELA 29 – NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM 1997
NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA
DE CICLO BÁSICO ATÉ 4ª SÉRIE**

DESCRIÇÃO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Rede estadual	8.755
Rede municipal	224
TOTAL	8.979

Fontes: Delegacia de Ensino e Departamento de Educação de Bragança Paulista.

**TABELA 30 – NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM 1997 NO
ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA (ESTADO) - DE 5a. a 8a. SÉRIES**

PERÍODO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Diurno	5.404
Noturno	2.883
TOTAL	8.287

Fonte: Delegacia de Ensino de Bragança Paulista.

**TABELA 31 – NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
NO ENSINO SUPLETIVO DE 1º GRAU EM 1997**

DESCRIÇÃO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
Rede estadual	746
Rede municipal (TIPO I - CB a 4a. série)	600
TOTAL	1.346

Fontes: Delegacia de Ensino e Departamento Municipal de Educação de Bragança Paulista.

Para viabilizar a implantação gradativa do processo de municipalização do ensino fundamental em Bragança Paulista, sem que isso traga efeitos negativos sobre a educação infantil e o ensino supletivo, a Comissão Permanente de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social, fundamentada em trabalho elaborado pelo Prof. Dr. Miguel Henrique Russo, irá discutir com todos os vereadores e apresentar contraproposta ao governo estadual.

**SEGURANÇA PÚBLICA: INTEGRAÇÃO DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS COM AS
POLÍCIAS CIVIL E MILITAR**

Buscando a participação de órgãos de segurança pública de Bragança Paulista em seus trabalhos, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos conquistou tanto o envolvimento direto de representantes dessas instituições em suas sessões mensais quanto outras formas de participação, tais como a apresentação de propostas para o crescimento ordenado do Município, oferecimento de dados estatísticos sobre a Polícia Militar e, ainda, sugestão de temas para debates e reflexões da comissão.

Convidada a oferecer propostas para o plano plurianual do período 1998-2001 e as diretrizes orçamentárias do Município para 1998, nas questões afetas à segurança pública, a Polícia Civil de Bragança Paulista - sob coordenação do Dr. Djahy Tucci Júnior, delegado seccional de polícia, com a participação dos delegados Drs. Luiz Benedito Roberto Toricelli, João Batista Fratini, Marcelo Fábio Vita, Paulo Roberto de Queiroz Motta, Valmir Aparecido Guinato, Eduardo José Barsotti e Simone Aparecida Tiozzi, bem como do Inspetor Milton Cláudio Pereira, Chefe da 3ª Delegacia (Atibaia) da 6ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal - reuniu-se com os integrantes da Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal em junho de 1997.

Nessa reunião, uma das principais propostas formuladas pela Polícia Civil foi a de parceria entre Estado e Município para viabilizar uma série de medidas no âmbito da segurança pública, entre elas o aproveitamento da Guarda Municipal em policiamento ostensivo, criação de postos avançados da Guarda Municipal, auxílio do Município para a instrumentalização da Polícia Civil, preparo e treinamento do efetivo da Guarda Municipal. Contemplada pela Câmara Municipal no plano plurianual e nas diretrizes orçamentárias, prevendo convênio do Município com órgãos de segurança pública, tal proposta abre infinitas perspectivas de ações conjuntas da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Guarda Municipal, para o policiamento preventivo na cidade.

Outro destaque feito pelos representantes da Polícia Civil foi o de aproveitamento dos espaços públicos de lazer e recreação para funcionamento de postos de informações e contatos com a população, ampliando-se a utilidade desses logradouros também para a prestação de serviços, sempre com guaritas da Guarda Municipal. A proposta foi igualmente incorporada pela Câmara Municipal no plano plurianual para 1998-2001 e nas diretrizes orçamentárias para 1998.

Também foi colocado pela referida instituição o retorno do sistema de registro de hóspedes em hotéis, pensões, motéis e estabelecimentos congêneres; a esse respeito a comissão elaborou a Lei nº 3.029, sancionada em 11 de setembro de 1997. Para estudos no próximo ano, a Polícia Militar, através de seu representante, capitão PM José Francisco Caçapava Vigueles, sugeriu a extensão da lei para aplicabilidade no caso de locação de propriedades rurais.

A proliferação desordenada de conjuntos habitacionais como fator de aumento da população sem contrapartida dos serviços sociais - que já vinha sendo colocada como motivo de preocupação pelo presidente da comissão, vereador Luiz Gonzaga Pires Mathias - foi outro aspecto abordado pelos representantes da Polícia Civil como motivo de apreensão não só quanto ao presente, mas também quanto ao futuro da cidade. Adotando proposta feita pela Delegacia Regional do CIESP de Bragança Paulista, a comissão, com o apoio da Câmara Municipal, inseriu no plano plurianual de 1998-2001 e nas diretrizes orçamentárias para o próximo ano a necessidade de que os programas habitacionais do governo local sejam fundamentados em pesquisas sobre a real necessidade de habitações.

Durante a reunião com a Polícia Civil, tratando-se a respeito dos impactos da duplicação da Rodovia Fernão Dias, o representante da Polícia Rodoviária Federal, inspetor Milton Cláudio Pereira, comentou que deverão ocorrer mudanças profundas no trânsito de todas as rodovias da região bragantina, notadamente para o acesso à Região das Estâncias (Circuito das Águas), pois, se hoje grande parte do movimento ocorre pelo acesso de Itatiba, com a duplicação poderá acontecer através da Rodovia Fernão Dias, aumentando, necessária e consideravelmente, o tráfego pela Avenida dos Imigrantes de Bragança Paulista. Na oportunidade, o inspetor da Polícia Rodoviária Federal forneceu o resultado de estatística de trânsito do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), apurada no Km 89,7 da rodovia Fernão Dias em 12 de novembro de 1996 (tabela 32).

TABELA 32 – MOVIMENTO DE VEÍCULOS NA RODOVIA FERNÃO DIAS

SENTIDO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS					
	Leves	Médios	Pesados	Semi-Reboque/ Reboque	Ônibus	Total
São Paulo-Minas Gerais	27.777	3.334	3.208	1.953	587	36.859
Minas Gerais-São Paulo	27.494	2.916	2.747	1.437	532	35.126

Fonte: Polícia Rodoviária Federal.

A Polícia Civil continua a participar intensamente dos trabalhos da Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal, representada pelo Dr. Luiz Benedito Roberto Toricelli, que apresentou no mês de setembro último, para debates e reflexões, o artigo "Interação entre cidadania, meio ambiente e segurança pública: por que um fórum permanente sobre esses temas?", de autoria do Dr. Edison Farah, Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo e membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SP, publicado no Boletim da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo no mês de julho de 1997.

Falando sobre a relação entre esse artigo e os trabalhos da Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal, o Dr. Luiz Benedito Roberto Toricelli sintetizou a importância dos debates a esse respeito: "Pelo que pude perceber, esta comissão tem como meta principal lutar pela qualidade de vida do bragantino e esse artigo fala muito sobre a relação da qualidade de vida com a segurança pública, sendo seu autor um juiz que estudou bastante tal assunto e que entende que a qualidade de vida está diretamente relacionada com a segurança pública, ou seja, onde diminui a qualidade de vida aumenta a criminalidade. Tanto os poderes locais quanto a comunidade podem auxiliar na questão da criminalidade desde que melhorando os espaços públicos e comunitários da população."

Também da Polícia Militar - representada nas sessões pelo capitão PM José Francisco Caçapava Vigueles - a comissão encontrou respaldo para seus trabalhos.

Examinando dados estatísticos recebidos da Promotoria de Justiça da Comarca local (tabelas 33, 34 e 35), a comissão entende que as atividades dos policiais militares no Município são intensas, apesar de nem sempre contarem com recursos e aparelhamento compatíveis.

TABELA 33 - EFETIVO DE POLICIAIS MILITARES EXISTENTES NO MUNICÍPIO NOS ANOS DE 1995, 1996 e 1997

EFETIVO	NÚMERO DE POLICIAIS MILITARES		
	1995	1996	1997
Fixado	155	155	155
Existente	75	76	93

Fonte: Promotoria de Justiça de Bragança Paulista.

TABELA 34 - VIATURAS OPERACIONAIS NOS ANOS DE 1995, 1996 e 1997

DESCRIÇÃO	1995	1996	1997
Número de viaturas	23	17	13

Fonte: Promotoria de Justiça de Bragança Paulista.

TABELA 35 - QUANTIDADE DE RÁDIOS NOS ANOS DE 1995, 1996 e 1997

ESPÉCIE	1995	1996	1997
Rádio móvel	19	15	14
Estação fixa	1	1	2
<i>Handie-talkies</i>	0	0	6

Fonte: Promotoria de Justiça de Bragança Paulista.

Com referência ao número de efetivos, cabe comentar que, pelo parâmetro da Organização das Nações Unidas, haveria necessidade de um efetivo de 240 policiais militares para as atividades de policiamento.

Quanto aos três principais grupos de ocorrências atendidas pela Polícia Militar nos últimos anos (tabela 36) foram:

TABELA 36 – PRINCIPAIS GRUPOS DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA POLÍCIA MILITAR

OCORRÊNCIA	1995	1996	1997 (até outubro)
Furto em residências	61	78	114
Tráfico de entorpecentes	49	16	6
Uso e porte de entorpecentes	-	80	103
Roubo a estabelecimentos comerciais	-	-	61
Furto de veículos	36	-	-

Fonte: Promotoria de Justiça de Bragança Paulista. (Campos sem preenchimento: ocorrência que não constou entre as três de maior incidência no ano)

Ainda com base nas ocorrências atendidas pela Polícia Militar, considerando agora apenas os registros de 1997, as áreas com maior incidência têm sido: Cruzeiro, Jardim Recreio e Vila Bianchi (uso e porte de entorpecentes), Santa Luzia, Parque Brasil e Matadouro (furtos em residências) e centro da cidade (roubos a estabelecimentos comerciais).

ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 1998-2001 E DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 1998

Diante dos indicadores obtidos e da necessidade inadiável de a Câmara Municipal promover na atual legislatura um plano de ações voltado realmente para o desenvolvimento real do Município, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos privilegiou - e foi buscar - a participação das entidades representativas da população para o processo de elaboração das leis referentes ao planejamento municipal para o período 1998-2001 e à seleção de prioridades para 1998, visando, com isso, ampliar debates e proporcionar a Bragança Paulista ferramentas legais com implicação direta no plano global de crescimento ordenado e da melhoria da qualidade de vida da população.

Câmara dos Dirigentes Lojistas, Delegacia Regional do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Delegacia Seccional de Polícia (Polícia Civil) e Universidade São Francisco encaminharam suas propostas, num total de 46. Essas propostas foram recebidas e analisadas em etapa preliminar pela Comissão de Assuntos Socioeconômicos, e, posteriormente, foram convertidas em emendas de iniciativa de todos os vereadores, passando, assim, a compor as leis editadas no Município sobre os temas em referência.

Das propostas oferecidas pelas instituições, 34 foram contempladas no plano plurianual, sendo que 8 já constavam do projeto recebido pela Casa e 26 foram inseridas por emendas da Câmara Municipal. As 12 restantes foram selecionadas para estudos em função de leis ou medidas específicas ao longo da legislatura.

O quadro a seguir trata das propostas oferecidas pelas instituições, contempladas nas leis locais por emendas da Câmara Municipal (26) ou por já constarem do projeto do Executivo (8).

PROPOSTAS DA CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE BRAGANÇA PAULISTA		
Tema proposto	No plano plurianual para o período 1998-2001 (Lei 3.011, de 1º de julho de 1997)	Nas Diretrizes orçamentárias do Município para o ano de 1998 (Lei 3.012, de 1º de julho de 1997)
• Implantação de terminal de ônibus municipal na Praça Luiz Apezato para servir bairros específicos da zona rural	Item 91.2	Item 91.2
• Implantação de centro de eventos e negócios	Item 63.1	A ser priorizada nos próximos anos.
• Comissão de estudos urbanos	Item 58.6	A ser priorizada nos próximos anos.
• Implantação do Código de Atividades do Comércio	Item 09.7	Item 09.7.a do anexo I
• Criação de gabinetes de segurança em pontos estratégicos da cidade (proposta também da Delegacia Seccional de Polícia)	Item 30.4	Item 30.4 do anexo I
• Implantação de farmácias em hospitais	Item 63.4	Item 63.4 do anexo I
• Lei específica para regulamentação de vendas de ambulantes	Item 63.5	Item 63.5 do anexo I
• Implantação de portais nos principais acessos à cidade, dotados de gabinetes de segurança, sistema de rádio e posto de informação	Item 30.1	Item 30.1 do anexo I
• Implantação de terminal de cargas	Item 88.3	Item 88.3 do anexo I
• Lei de criação do serviço de cadastro do Município, para facilitar o registro de empresas de qualquer natureza.	Item 08.2	08.3.b do anexo I e Lei Complementar nº 145/97, do vereador Marco Antonio Marcolino.
• Conclusão da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira	Itens 91.11 e 91.16	Item 91.7 do anexo I

Tema proposto	No plano plurianual para o período 1998-2001 (Lei 3.011, de 1º de julho de 1997)	Nas Diretrizes orçamentárias do Município para o ano de 1998 (Lei 3.012, de 1º de julho de 1997)
• Conclusão do terminal intermunicipal de ônibus	Item 88.1	Item 88.1 do anexo I
• Implantação de sanitários públicos em praças.	Item 91.3	A ser priorizada nos próximos anos.
• Criação de ciclovia dos trabalhadores	Item 91.19	Item 91.14 do anexo I
• Criação de matadouro municipal	Item 16.3	A ser priorizada nos próximos anos.
PROPOSTAS DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO		
• Construção de albergue municipal	Item 81.3 do anexo I	81.4 do anexo I
• Instalação de unidades de pronto-atendimento	Contemplada através das unidades básicas de saúde, às quais competem as ações primárias de saúde.	Conforme nota ao lado
PROPOSTAS DA DELEGACIA REGIONAL DO CIESP DE BRAGANÇA PAULISTA		
Tema proposto	No Plano plurianual para o período 1998-2001 (Lei 3.011, de 1º de julho de 1997)	Nas Diretrizes orçamentárias do Município para o ano de 1998-2001 (Lei 3.012, de 1º de julho de 1997)
• Elaborar projeto da política industrial, comercial e de serviços	Item 09.9	Item 09.7.d do anexo I
• Promover a implantação de vias de comunicação (infovias) e incentivar a implantação de empresas de TV a cabo	Itens 22.2 e 22.3	Item 22.2 do anexo I
• Promover a melhoria e ampliação dos serviços de telefonia celular e padrão	Item 22.4	Item 22.3 do anexo I
• Viabilizar a implantação de escolas profissionalizantes como SENAI, SESI, SENAC	Item 43.2	Item 43.2 do anexo I
• Promover, viabilizar e implantar supletivos através do programa Telecurso 2.000	Item 45.2 do anexo I	Item 45.3 do anexo I
• Demonstrar através de estudos a real necessidade de dispêndio de recursos com casas populares e conjuntos habitacionais	Item 57.1 do anexo I	Item 57.1 do anexo I
• Definir as áreas do Município destinadas à implantação de indústrias	Itens 62.1 e 62.2 do anexo I	Item 62.1 do anexo I
• Promover, viabilizar e implantar um pólo-berçário e um pólo para indústria, comércio e serviços de pequeno porte	Item 09.10 do anexo I	Item 09.8 do anexo I
• Promover, viabilizar e implantar sistema informatizado de bolsa de empregos	Item 81.6 do anexo I	Item 81.5 do anexo I
• Promover, viabilizar e colaborar na implantação de programa <i>Made in Bragança</i>	Item 10.3 do anexo I	Item 10.2.c do anexo I
PROPOSTAS DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA (POLÍCIA CIVIL) DE BRAGANÇA PAULISTA		
• Criação de postos avançados da Guarda Municipal em pontos estratégicos e criação de sistema de cooperação mútua entre o Município e a Polícia Civil	Item 30.4 do anexo I	Item 30.4 do anexo I
• Melhoria do sistema de iluminação pública	Item 60.6 do anexo I	Item 60.3 do anexo I
• Edição da lei de zoneamento	Item 09.3 do anexo I	Item 09.3 do anexo I
• Existência de vias públicas não consideradas para efeito de tributação	Itens 08.2 e 08.3 do anexo I	Itens 08.3.a e 08.3.b do anexo I
• Contenção de processo de proliferação desordenada de conjuntos habitacionais	Item 57.1 do anexo I	Item 57.1 do anexo I
• Aproveitamento de espaços públicos de esportes e lazer para implantação de postos preventivos na área de segurança	Itens 30.4 e 46.7 do anexo I	Item 46.4 do anexo I

**OUTROS ASSUNTOS COM REPERCUSSÃO NOS TRABALHOS DA
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS
DA CÂMARA MUNICIPAL**

DEFESA DO CONSUMIDOR

A convite da comissão, participaram de sua última sessão de 1997 a Dra. Silvana Ferreira da Silva, delegada de Defesa da Mulher de Bragança Paulista, e a Dra. Ângela Maria Oliveira de Lucena, assessora de departamento, que vem prestando serviço de orientação ao consumidor na Prefeitura Municipal.

Destacou a Dra. Silvana que a intenção primeira da Polícia Civil, conforme proposta do Dr. Djahy Tucci Júnior, delegado seccional de Polícia, e do Dr. Luiz Benedito Roberto Toricelli, delegado assistente, era a de implantar serviço de orientação ao consumidor, mas que, durante os estudos a esse respeito, concluiu-se que a orientação deve se fazer acompanhar de mecanismos que garantam a punição aos infratores e todos os demais meios necessários à defesa dos interesses do consumidor. Ela salientou que, durante a análise feita pela Polícia Civil, foram mantidos contatos com a Dra. Ângela Maria Oliveira de Lucena, que vem concedendo orientação ao consumidor na Prefeitura local.

Informando que tem atendido a cerca de 10 a 15 casos por dia na Prefeitura Municipal, a Dra. Ângela ressaltou que atualmente é mantido contato com o Procon de São Paulo, o qual presta apoio com o envio de fiscais para aplicação de multas e outras medidas que o serviço local ainda não tem condições de resolver, ficando a arrecadação, em tais casos, para o órgão da capital.

Debatendo o assunto, a comissão concluiu que a prioridade para implementação do serviço de defesa do consumidor no plano local é a sua adequada estruturação, conforme ressaltou o vereador Adilson Leitão Xavier. Assim concluindo, foi decidido que o tema será encaminhado à Comissão de Justiça, Redação, Defesa do Meio Ambiente e do Consumidor da Câmara Municipal, gestão de 1998, com proposta feita pelo Sr. Antônio Carlos Vidiri para que, em etapa inicial, sejam convidados e ouvidos representantes de outras localidades onde já funciona completamente, na esfera municipal, o serviço de defesa do consumidor, para se extrair daí propostas concretas que venham a aperfeiçoar o setor local.

**DESTINAÇÃO DE PARTE DO IMPOSTO DE RENDA DAS
EMPRESAS AO FUNDO MUNICIPAL DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

O assunto destacado pelo Sr. Rolf Marco Sitta, representante da Delegacia Regional do CIESP de Bragança Paulista, motivou estudos da Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal, pelo vereador Marco Antonio Marcolino, com assessoria do Departamento Jurídico do Legislativo.

Pelas constatações feitas, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 260, com redação dada pela Lei 8.242, de 12 de outubro de 1991, dispõe que "os contribuintes do imposto de renda poderão abater da renda bruta 100% (cem por cento) do valor das doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, observado o seguinte:

- I - limite de 10% (dez por cento) da renda bruta para pessoa física;
- II - limite de 5% (cinco por cento) da renda bruta para pessoa jurídica."

Trata-se, conforme ressaltou o Sr. Rolf Marco Sitta, de recurso que pode ser encaminhado diretamente pelas empresas ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, com a contrapartida de dedução no Imposto de Renda.

Pelas conclusões do vereador Marco Antonio Marcolino o repasse desses recursos pelas empresas ao Fundo não depende mais de qualquer legislação complementar, pois a matéria já está regulamentada pela União, cabendo às empresas interessadas notificarem seu contador sobre o interesse em efetivar o repasse.

**PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO
TRADICIONAL DA CIDADE**

Nos debates relacionados ao Plano Diretor do Município, conforme já se incluiu neste relatório, além do enfoque à necessidade de lei de zoneamento, também tiveram ênfase outros temas igualmente importantes para o Município.

Projeto de iniciativa dos vereadores Luiz Gonzaga Pires Mathias e José Sérgio Conti Júnior sobre a requalificação do centro tradicional da cidade repercutiu junto à comissão e certamente será tratado em suas próximas etapas de trabalho. Pretendem os autores, com base em programa já incluído no plano plurianual do Município para 1998-2001, elaborar um projeto global de valorização do centro antigo de Bragança Paulista, enfocando desde a preservação de prédios de valor histórico, artístico, paisagístico, arquitetônico e cultural até as questões sociais dessa parte da cidade.

Em etapa preliminar, já foi apresentado e está em trâmite na Câmara Municipal projeto de lei complementar do vereador Luiz Gonzaga Pires Mathias para concessão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a proprietários de imóveis do centro da cidade que os mantiverem preservados. Também já está em estudos, por iniciativa dos referidos vereadores, a celebração de convênio entre o Poder Legislativo bragantino e a Associação Viva o Centro, de São Paulo, responsável pelo projeto de requalificação do centro da capital paulista.

**LOCALIZAÇÃO DE NOVO TERMINAL
DE COLETIVOS INTERMUNICIPAIS**

A possibilidade de construção de novo terminal rodoviário em área do Bairro do Matadouro também repercutiu intensamente nos trabalhos da Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal. Vereadores e membros colaboradores emitiram suas opiniões, que podem ser sintetizadas na manifestação do Eng^o Márcio Aurélio Assis Fleming, Presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região Bragantina: "Ao se discutir o melhor local para esse serviço, tem de se levar em conta a estrutura das vias de comunicação, fluxos do sistema viário e também a ocupação que ele gera nas áreas vizinhas. A localização do terminal rodoviário, assim como toda e qualquer questão correlata, tem relação direta com a lei de zoneamento."

Marcando posição contrária à localização do terminal rodoviário no Bairro do Matadouro, a Câmara Municipal adotou duas providências fundamentais no corrente ano:

- entrega, ao prefeito José Lavelli de Lima, de Moção dos vereadores Arnaldo de Carvalho Pinto, Luiz Gonzaga Pires Mathias e Nicola Cortez, aprovada por unanimidade pelo

Legislativo, expressando o posicionamento contrário à implantação do terminal no Bairro do Matadouro;

- inclusão, nas diretrizes orçamentárias do Município para 1998, de norma que assegure estudos técnicos e avaliação legislativa quanto à escolha de local para essa construção.

A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS E A CONQUISTA DE FERRAMENTAS PARA OS TRABALHOS LEGISLATIVOS

Ampliando as ferramentas que contribuem com os trabalhos legislativos, além da parceria com a Universidade São Francisco, da interação com as instituições representativas da comunidade bragantina e da busca ininterrupta de dados que comprovem a realidade local, a comissão procurou viabilizar outros instrumentos que também possibilitam ao legislador uma visão global do Município.

Dois são os destaques das ferramentas conquistadas. O primeiro refere-se à busca e à demarcação de mapas do Município e da cidade, neles assinalando-se as principais ocorrências de natureza socioeconômica, com destaque para a demarcação dos abairramentos setoriais urbanos de acordo com o Plano Diretor e a Lei municipal nº 2.425/91. Desses mapas, dois foram selecionados para o presente relatório, fazendo parte de seu apêndice de mapas (parte final).

O segundo diz respeito à elaboração de fotografia que proporcione visão aérea atualizada de Bragança Paulista, em tamanho que permita ao legislador e ao cidadão identificar características e detectar ocorrências fundamentais para quem detém nas mãos a governabilidade do Município, ou seja, para os poderes constituídos e para a sociedade como um todo. O processo de elaboração dessa fotografia, proposta pelo vereador Luiz Gonzaga Pires Mathias, foi terceirizado pelo Poder Legislativo e encontra-se em etapa conclusiva.

IMPOSTO VERDE

Foi abordada pelo Sr. Rolf Marco Sitta, representante da Delegacia Regional do CIESP de Bragança Paulista, a importância de se obter informações sobre a tramitação de processo na esfera estadual relacionado à instituição de cobrança pelo uso da água, conhecida por imposto verde. Na sessão em que se tratou do assunto, o representante do CIESP local frisou que "trata-se de tributo cuja arrecadação reverterá para projetos de tratamento de águas e esgotos, sendo fundamental o acompanhamento do Município a esse respeito, pois a partilha dos recursos ocorrerá por meio dos comitês das bacias hidrográficas."

Pesquisando esse tema para a comissão, o vereador Fábio de Assis Livreri informou tratar-se de cobrança prevista pela Lei nº 7.663/91 (Lei Estadual de Recursos Hídricos), cuja regulamentação, sobretudo quanto à fixação de valores, está em trâmite na Assembléia Legislativa.

O vereador afirmou que a publicação, de julho de 1996, "Implantação, Resultados e Perspectivas" do Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, traz detalhamentos a respeito da referida lei estadual e da cobrança pelo uso da água. Também explicou que o suporte financeiro dos programas estabelecidos no Plano Estadual de Recursos Hídricos é dado pelo FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), criado também pela Lei nº 7.663/91 e regulamentado pelo Decreto nº 37.300, de 25 de agosto de 1993, bem como que os investimentos com recursos do fundo devem constar das diretrizes dos respectivos planos de bacias - no caso de Bragança Paulista através do Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - para que constem do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comissão enaltece a participação de todos os que cooperaram com seu trabalho em 1997, agradecendo, em especial:

- Aos seus membros colaboradores e às instituições representadas por eles, já mencionados neste documento.
- Aos cidadãos e às instituições, também citados no presente relatório, que proferiram palestras, forneceram dados estatísticos e concederam informações.
- Ao vereador José Sérgio Conti Júnior, presidente da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista.
- Às demais comissões da Câmara Municipal:
 - de Justiça, Redação, Defesa do Meio Ambiente e do Consumidor - composta pelos vereadores Arnaldo de Carvalho Pinto, presidente, Marcus Vinícius Valle Júnior, vice-presidente, Luís Carlos Ferreira, Marco Antonio Marcolino e Nelson Shinobu Sasahara, membros;
 - de Finanças, Orçamento, Obras, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano - composta pelos vereadores Paulo Miguel Zenorini, presidente, Nicola Cortez, vice-presidente, Adilson Leitão Xavier, Clóvis Amaral Garcia e Paulo Mário Arruda de Vasconcellos, membros;
 - de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social - composta pelos vereadores João Soares Souza Lima, presidente, Luiz Francisco Villaça, vice-presidente, João Afonso Sólis, Marçal Alves de Oliveira e Mário Rizzardo, membros;
 - Comissão Especial de Estudos da Criança e do Adolescente - composta pelos vereadores Paulo Miguel Zenorini, presidente, Arnaldo de Carvalho Pinto e João Afonso Sólis, membros);
- Ao Dr. José Lavelli de Lima, prefeito deste Município, e à equipe de assessoria e trabalho da Prefeitura local.
- Aos Drs. Nagashi Furukawa, Jorge Tosta, Valter Bettói Cavalcanti, Paulo Lúcio Nogueira Filho e Maurizio Marchetti, juizes de direito da Comarca local.
- Aos Drs. Ludgero Francisco Sabella, Vera Lúcia de Camargo B. Taberti, Jeanine Mori de Oliveira e Laila Said Abdel Q. Shukair, promotores de justiça da Comarca local.
- Ao Frei Constâncio Nogara, reitor da Universidade São Francisco.
- À Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente aos Srs. Hamilton Cremonesi, chefe da Divisão de Pesquisas do IBGE no Estado de São Paulo, e Vladimir de Azevedo, chefe da Agência do IBGE de Bragança Paulista.
- Ao Sr. Édison José Gomes da Silva, desenhista-projetista.
- Às unidades administrativas da Câmara Municipal:
 - Departamento Legislativo: assessoria geral aos trabalhos da comissão;
 - Departamento de Documentação e Assessoria Parlamentar: acompanhamento da

execução do convênio com a Universidade São Francisco para apuração do Índice de Desenvolvimento Humano e de suporte na busca de dados, informações e documentação;

Departamento Jurídico: elaboração de leis, emendas, pareceres e estudos jurídicos;

Assessoria de Comunicação: registros documentais por meio de gravação e fotografias e de veiculação das informações à comunidade;

Departamento Administrativo: encaminhamento de expedientes e apoio administrativo para as sessões;

Assessoria Financeira: estudos e pareceres de natureza financeira;

Departamento de Informática: apoio para processamentos eletrônicos de dados;

Chefia de Gabinete: trâmite de processos junto à Presidência da Câmara.

Fica registrada a sugestão feita no final de 1997 pelo membro colaborador Antônio Carlos Vidiri para que, no próximo ano, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal tenha também como membros colaboradores representantes de associações de moradores e realize sessões nos bairros da cidade, para integração entre as instituições e a comunidade. A proposta reflete exatamente o desejo da comissão de que, a cada ano, seja ampliada a participação popular em seus trabalhos.

Estância de Bragança Paulista, novembro de 1997.

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS.

LUIZ GONZAGA PIRES MATHIAS - presidente

MARCO ANTONIO MARCOLINO - vice-presidente

BENEDITO APARECIDO DE CARVALHO - membro

FÁBIO DE ASSIS LIVRERI - membro

PAULO MIGUEL ZENORINI - membro

BRAGANÇA PAULISTA

MAPA DO MUNICÍPIO

BRAGANÇA PAULISTA - MAPA DO MUNICÍPIO



Demarcações: Édison José Gomes da Silva,
desenhista - projetista

Cedido à Câmara Municipal pelo vereador Luiz Gonzaga Pires Mathias

BAIRRAMENTOS SETORIAIS URBANOS

POPULAÇÃO RELATIVA

(CENSO IBGE - 1991)

ABAIRRAMENTOS SETORIAIS URBANOS - POPULAÇÃO RELATIVA (CENSO IBGE - 1991)

